



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E OITO

"Artigo décimo segundo, número um, alínea b) do Regimento"

-----Aos trinta dias do mês de Dezembro de dois mil e oito, no auditório do edifício dos Paços do Concelho, Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim pelas vinte horas e cinquenta e três minutos, encontrando-se presente a maioria dos membros que compõem a Assembleia Municipal, reuniu esta em sessão ordinária, com o objectivo de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos: -----

PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO, A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO DOIS - APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E O ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E NOVE, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE, EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO NÚMERO DOS DO ARTIGO QUARENTA E NOVE DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO TRÊS - APRECIÇÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO MIL SETECENTOS E QUARENTA E CINCO EUROS E CINQUENTA CÊNTIMOS AO BANIF, DE ACORDO COM A ALÍNEA D) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO QUATRO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO À ZIF-ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL DE ALMEIRIM E ALPIARÇA, DE ACORDO COM A ALÍNEA M) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO CINCO – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL DE ACORDO COM AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA ALÍNEA q) E r) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

----- (Artigo décimo oitavo, número um do Regimento) -----

----- Procedeu-se à verificação das presenças dos elementos que compõem a Assembleia Municipal de Almeirim, convocados pelo Senhor Presidente da Assembleia nos termos do número um, alínea b) do artigo cinquenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, republicada em anexo à Lei número cinco traço A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, conjugado com o número uma alínea b) do artigo sétimo do Regimento, tendo-se verificado as seguintes presenças: Na mesa; Carlos Manuel Russo Mota (Presidente em regime de substituição), Teresa Isabel Almeida Filipe (primeiro secretário da mesa da Assembleia Municipal); Cândido Santos Serôdio (Secretário da Assembleia); José Manuel Sampaio; José Santo Alfaiate; António Marinheiro Miguel; Jorge Alexandre de Castro Videira Veiga Dias; Paulo Rui Marques Olivença Almeida; José Rodrigues; Armindo Castelo Bento; Sónia Maria Almeida Coelho; Domingos Manuel Monteiro Martins; Augusto Felício Reguinga; Maria José Duarte Serôdio Dias; Maria Bernardina Queiroz de Andrada; João Manuel Pinto Torres; Sílvia Isabel Evangelista Bento Fonseca; João Miguel Gonçalves Lopes; Pedro António Mendonça Ramos; Carlos Alberto Roxo Cardoso; Carlos Alberto Alves Paulo; Manuel Bastos Martins (Presidente de Junta de Fazendas de Almeirim); Joaquim Francisco Leonor Sampaio (Presidente da Junta de Almeirim); José David Ventura Gouveia (Presidente



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de Junta da Raposa); Amândio Braulino Freitas (Presidente de Junta de Benfica do Ribatejo); do Executivo Municipal o Senhor José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (Presidente da Câmara Municipal); Pedro Miguel César Ribeiro (Vice-Presidente) Francisco Manuel Maurício do Rosário (Vereador); José Carlos Silva (Vereador), Maria Joana Vidinha Batista (Vereadora) e Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos (Vereador). -----

----- Registo de faltas; Do Executivo Municipal: Não se registaram faltas. Da Assembleia Municipal: Não se registaram faltas. -----

----- Pedidos de Substituição: Pedido de substituição do membro da Assembleia Municipal e Presidente da Mesa da Assembleia, senhor Manuel Luís da Cruz Bárbara. -----

----- Sendo vinte horas e cinquenta e três minutos, declarou o senhor Presidente Assembleia Municipal em regime de substituição, aberta a sessão. -----

PONTO UM - APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALMEIRIM, ACERCA DA ACTIVIDADE MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS CONJUGADO COM A ALÍNEA C) DO NÚMERO UM E NÚMERO QUATRO DO ARTIGO SESENTA E OITO DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS, E DE ACORDO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUATRO NOS TERMOS DO ARTIGO VINTE E DOIS DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

PONTO DOIS - APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E O ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E NOVE, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS, EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO NÚMERO DOIS DO ARTIGO QUARENTA E NOVE DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PONTO TRÊS - APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO MIL SETECENTOS E QUARENTA E CINCO EUROS E CINCO CÊNTIMOS AO BANIF, DE ACORDO COM A ALÍNEA D) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO QUATRO - APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO À ZIF-ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL DE ALMEIRIM E ALPIARÇA, DE ACORDO COM A ALÍNEA M) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PONTO CINCO – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL DE ACORDO COM AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA ALÍNEA q) E r) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

-----PERIODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea A do Regimento) -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» O senhor Presidente da Mesa da Assembleia, comunicou a sua impossibilidade de dirigir os trabalhos de hoje, como tal, foi substituído. Assim, na Mesa o primeiro secretário substitui o Presidente da Mesa, o segundo secretário, substitui o primeiro e, como vem sendo hábito, o senhor Cândido Seródio membro do grupo do PS nesta Assembleia, ocupa o lugar do segundo secretário. -----

Gostaria de fazer uma pequena referência, de modo a ser do conhecimento de todos. Na Comissão Permanente da Assembleia ficou acordado entre os representantes dos partidos com assento nesta Assembleia, que as declarações de voto, contemplam também as abstenções. Foram feitos alguns contactos, no sentido de perceber se tal situação, noutras Assembleias se verificava e, conclui-se que é prática as declarações de voto, relativas às abstenções. -----

Dizer ainda, que foi consensualizada a acta da Sessão Extraordinária de doze de Dezembro e, que se encontra neste momento à discussão. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» A minha intervenção não é sobre a acta, mas sim sobre a questão das declarações de voto. -----

Houve um advogado que fez um parecer sobre as declarações de voto e, obviamente que o parecer desse advogado fez-me lembrar a declaração do Presidente da Câmara de Caldas da Rainha, num programa da RTP “Pós e Contrás”. Disse que quando pedia um parecer, falava com um advogado para lhe elaborar um parecer de acordo com as suas necessidades. Neste caso deve ter acontecido o mesmo. Este advogado, ou porque lhe pediram, ou por ignorância elaborou esse parecer. -----

Verifiquei que na correspondência não está o pedido de substituição do actual Presidente da Mesa. Gostaria de saber se o pedido de falta está nesta Assembleia? E, se o podia ver? -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» O pedido de justificação de falta, está incluído no resumo que lhe foi distribuído. Quanto ao documento propriamente dito, está arquivado na pasta da correspondência dirigida à Assembleia, onde pode ser consultado. -----

SILVIA BENTO (Grupo do PS) »» Gostaria de dizer que pelo facto de não ter estado presente na última sessão, que o meu voto será no sentido da abstenção. -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» – Vamos passar à análise e votação da acta da Sessão extraordinária de doze de Dezembro de dois mil e oito. -----

----- * **Votação da Acta da Sessão ordinária de doze de Dezembro de dois mil e oito:** tendo sido dispensada a sua leitura, em virtude da mesma ter sido antecipadamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal - Aprovada por maioria, Com vinte e dois votos a favor, doze do grupo do PS, três do grupo do PPD/PSD, seis do grupo do CDU e um do Grupo do CDS-PP. Um voto contra do Grupo do PS e duas abstenções do grupo do PS. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

ARMINDO BENTO (Grupo do PS) »» A minha declaração de voto contra e voto de vencido é porque a marcação da sessão extraordinária de doze de Dezembro de dois mil e oito violou a alínea b) do número um do artigo oitenta e sete da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações da Lei cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro, conforme publicação no jornal o Mirante, com data de três de Dezembro de dois mil e oito, isto é apenas com apenas cinco dias úteis e não os oito dias úteis previsto e exigidos naquele normativo legal.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

O presidente da mesa da assembleia municipal, em exercício, não sanou esta violação, antes pelo contrário cometeu uma dupla violação da Lei, ao retirar o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos (*aprovação da Acta da sessão extraordinária de vinte e um de Novembro de dois mil e oito*), alterando a Ordem de trabalhos e submetendo a referida Acta à aprovação com a justificação que “*as Actas são aprovadas na Assembleia a que dizem respeito ou no início da Assembleia seguinte*”, violando deste modo o estipulado no artigo oitenta e três da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações da Lei cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro (*cf. artigo décimo nono do CPA*)“. *Só podem ser objecto de deliberação os assuntos incluídos na ordem do dia da reunião ou sessão...*”, dado que de acordo com o artigo oitenta e seis da mesma norma legal nas sessões extraordinárias não há “**Período antes da ordem do dia**”, violando deste modo também o estipulado na alínea a) do artigo vinte e quatro do Regimento desta Assembleia Municipal, pelo que de acordo com o número um do artigo noventa e cinco da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações da Lei cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro os actos praticados na referida sessão extraordinária, que poderão vir a ser considerados actos nulos (*cf. número um do artigo cento e trinta e três do CPA*), e que a seu tempo irei suscitar. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

PAULO RUI MARQUES (Grupo do PS) »» A minha abstenção deve-se ao facto de não ter estado presente na última sessão. -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» Gostaria de informar que todos os pontos que constam no edital e convocatória para a presente sessão, serão votados por minuta, dada a sua urgência. -----

-----CORRESPONDÊNCIA-----

----- (Artigo vigésimo quarto, alínea B do Regimento) -----

Foi recebida entre a última sessão ordinária da Assembleia, datada de trinta de Abril de dois mil e oito, e a presente sessão ordinária, a seguinte correspondência, enviada por: -----

----- A ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: - Boletim da ANMP, referente ao mês de Junho e Julho de dois mil e oito. Ofício a enviar parecer sobre a proposta de Lei que altera as taxas e os prazos de isenção previstos no código do IMI. Ofício circular sobre as transferências de competências no âmbito da educação -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, enviou a esta Assembleia, Ofício sobre o seu direito de resposta, relativa a uma notícia publicada no Jornal o Mirante. -----

----- PRESIDENCIA DO CONSELHO DE MINISTROS – Ofício a informar que foi prestada a devida atenção à recomendação da Assembleia Municipal sobre “questão de saúde”. -----

----- CCDRLVT - enviou a esta Assembleia as guias para pagamento de taxa relativo à emissão de parecer jurídico. Ofício a enviar revista relativa ao mês de Agosto

----- O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, ofício a remeter cópia de duas perguntas que formulou ao Governo sobre a instalação do Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo. Ofício a enviar pergunta formulada ao Governo sobre a instalação e manutenção da faixa de contenção fitossanitária do nemátodo do pinheiro -----

----- GABINETE da Deputada Luísa Mesquita – Envio de pergunta formulada ao Governo sobre a destruição de seis mil sobreiros na Herdade dos Gagos. -----

----- OMNITUR – Envia programa sobre Intervenção Municipal e qualidade de vida dos cidadãos – UDITE CARDIFF DOIS MIL E OITO. -----

----- ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO ENTROCAMENTO – Ofício a envia Moção sobre a utilização do transporte ferroviário de passageiros. -----

----- O Vice-Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício a informar a data e local da “Discussão Pública sobre o PROT”. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, enviou a esta Assembleia a seguinte documentação: Ofício a solicitar a marcação da presente Sessão Ordinária da Assembleia; ofício a enviar resposta ao requerimento do PSD “RESIURB”. Ofício sobre o requerimento do Senhor Vereador Francisco Maurício sobre a integração do Pessoal da ALDESC. Ofício a remeter documentação para análise na Comissão Municipal de Habitação e Urbanismo, sobre a Área crítica de Recuperação e Reconversão Urbanística. Ofício a remeter parecer da CCDRLVT – Resolução “Pessoal da ALDESC”. Ofício a enviar resposta ao Grupo do PSD “Envio de Documentos e Prestação de contas da RESIURB”. Ofício a convidar o Presidente da Assembleia a participar nas Jornadas Sociais e promover a sua divulgação. -----

----- Associação Desportiva, Cultural e Recreativa de Paço dos Negros – Convite para assistir à prova de Supercross Nocturno. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

----- Clube De Futebol de Benfica do Ribatejo – Ofício a convidar o Presidente da Assembleia Municipal para a entrega de taças. -----

----- Grupo Parlamentar OS VERDES – Ofício a remeter cópia das perguntas dirigidas ao Ministério da Justiça e Ministério da Agricultura sobre a “Instalação de Estabelecimento Prisional de Lisboa e Vale do Tejo. -----

----- Grupo de membros da Assembleia Municipal – Requerimento a solicitar a realização de uma Assembleia Extraordinária. -----

----- **Justificação de Faltas** ofício do Presidente da Junta de Almeirim a solicitar a sua substituição. Ofício do senhor Drº José Manuel Sampaio a solicitar a sua substituição; Ofício da senhor Sónia Maria almeida Coelho a solicitar a sua substituição; Ofício da Patrícia Alexandra Oliveira Correia Borges a solicitar a sua substituição; -----

-----PERÍODO ANTES-DA-ORDEM-DO-DIA-----

----- (Assuntos de interesse local - Alínea c) do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Quero desejar a todos a continuação de um bom período natalício e de um bom ano para todos os membros deste órgão e, para todos os presentes. -----

Relativamente aos assuntos de interesse local, gostava de dizer algumas coisa, que me parecem importantes e, que aconteceram desde a última Assembleia ordinária, dado que nas extraordinárias não temos direito a falar sobre este tipo de assuntos, uma vez que não há Período Antes da Ordem do Dia.

Quero continuar a manifestar o meu desagrado por continuarmos neste Município, sem saber se vai ou não haver um novo veterinário municipal, e como é que está o concurso do novo veterinário municipal. Na Reunião de câmara do dia quinze de Dezembro o Vereador Pedro Pisco dos Santos voltou novamente a questionar sobre esse assunto e mais uma vez se continua sem saber o que vai acontecer. Vi no Diário da República Quinhentos e Vinte e Dois da Primeira Série, no doa catorze de Novembro, uma coisa que achei muito interessante. Como faz parte deste assunto de interesse local, pois para quem andou a dizer que um Estabelecimento Prisional é muito bom porque as pessoas iam lá deixar as batatas que produziam e todas as outras coisas. Para quem quiser, pode ir ver a Resolução de Conselho de Ministros cento e sessenta e oito de dois mil e oito, que diz apenas isto resumidamente: autoriza a abertura de concurso público limitado por prévia qualificação nos termos do disposto na alínea b), número um do artigo vinte e no artigo trinta e oito do Decreto-lei dezoito de dois mil e oito de vinte e nove de Janeiro, com vista à aquisição de refeições



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

confeccionadas durante o ano de dois mil e nove para reclusos internos nos Estabelecimentos Prisionais, como aliás, nós tínhamos durante todas as fases do debate vindo a dizer. Não vale a pena andar a aturar areia para os olhos das pessoas, porque podem haver pessoas a fazê-lo para tentar fazer passar uma determinada ideia. Acima de tudo o PSD, é pela verdade e pelo esclarecimento. -----

Espero que os Senhores Presidentes que falaram, dizer que vão poder lá ir vender as suas batatas e as suas couves, também lhe tinham dito que tinham que participar. ----

Quero também dizer que vi na Internet os registos da Empresa ALDESC, e apesar de há mais de um ano, esta Assembleia ter aprovado a extinção e dissolução da Empresa ALDESC, EM, nada alterou do que lá está. Se forem ver o último registo que está presente é do dia dezoito de Junho de dois mil e oito, não está absolutamente nada presente nos registos, que vá no sentido da dissolução ou liquidação da ALDESC. Afinal de contas andamos aqui a votar e a fazer coisas...afinal o que é que o Município pretende da Empresa ALDESC? Como se não bastasse a situação que têm criado em relação aos seus funcionários. Mas acontece uma coisa mais interessante. Para quem já viu o Relatório do Revisor oficial de Contas, este coloca uma reserva nas contas da ALDESC, primeiro porque diz lá, que a Empresa só tem condições para continuar se a Câmara continuar a meter lá dinheiro, e por outro lado, diz ele também, que falta lá dinheiro no montante de cerca de quinze mil e seiscentos euros, mas se forem ver aquilo que foi depositado nas contas diz assim: “ Emitida certificação legal de contas do parecer de revisão, sem reservas”. -----

Já agora gostava de saber quem é que mente, e como é que é possível ao fazer-se um registo de coisas que não têm nada a ver com aquilo que nos é apresentado. Algum dos dois lados certamente não estará bem. -----

De igual forma, também a Câmara continua sem nos prestar contas relativamente a empresas nas quais participa no Município da Almeirim, como é o caso da Associação de Municípios de fins específicos RESIURB e da Empresa Intermunicipal ECOLEZIRIA, das quais tenho as devidas publicações, sendo que no caso da ECOLEZIRIA existem ênfases, ou seja, os revisores oficiais de contas acham que existem factos muito graves nas contas da ECOLEZIRIA, talvez por alguma razão, nunca tivéssemos o direito de ver as contas da dita. Por último, as Águas do Ribatejo, EIM, não só já está constituída, mas teve por deliberação de um de Julho de dois mil e oito, a nomeação do novo Presidente do Concelho de Administração. Chama-se José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, o nosso Presidente do Município, que nesta altura já era por nomeação Presidente das Águas do Ribatejo, no entanto, ocultou



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

esse mesmo facto, na última informação escrita, pois nada disso nos foi dito. Também já existem contas aprovadas das Águas do Ribatejo, nas quais o Município de Almeirim participa. Logo, e mais uma vez nada é dado a conhecer à oposição. -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» Gostava de lembrar e informar o Senhor Dr. João Lopes que utilizou cinco minutos dos sete que dispõe. -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Boa noite a todos. -----
Não sou, nem nunca fui militante de qualquer partido político e posso afirmar, com uma larga margem de certeza, que nunca serei. -----

Não quer isto dizer que tenha alguma coisa contra os partidos políticos – independentemente de me poder identificar mais ou menos com as suas linhas orientadoras – pois estes nada mais são do que o reflexo das posturas daqueles que neles têm responsabilidades. -----

E é aqui que começa verdadeiramente o problema: o sistema político resultante do vinte cinco de Abril de setenta e quatro, rapidamente evoluiu de um conjunto de partidos com o objectivo de apresentarem soluções próprias para o desenvolvimento do País e de as discutirem democraticamente entre si, no intuito de convencerem o eleitorado de que a sua solução seria a melhor para o País, para um conjunto de partidos situacionistas – cada um à sua maneira e provavelmente uns mais do que outros – cujo único objectivo é o “assenhoramento” do aparelho do Estado ou de corporações, no sentido de satisfazerem as suas inúmeras clientelas ou interesses. ---

Resultado: um conjunto restrito de pessoas politicamente activas, com o intuito de satisfazerem acima de tudo necessidades próprias – salvando-se aqui, cada vez mais raras excepções – e um conjunto cada vez mais alargado de cidadãos que se vai alheando dos assuntos que lhe dizem respeito, restando-lhes o amargo sabor de dizerem mal dos primeiros mas nada fazendo para contrariar esta tendência, depositando o seu futuro e o dos seus nas mãos daqueles de quem tanto mal dizem e ... esperança vã, aguardando a vinda de um qualquer salvador. -----

Almeirim é bem o espelho desta situação. -----

Pois é, mas se há coisa que a vida me ensinou é que ninguém na salva a não ser nós próprios. -----

Tendo por pano de fundo este cenário, resolvi pôr-me a caminho e ter uma participação mais activa no meu destino e no dos meus e candidatei-me pelo partido com o qual, do ponto de vista ideológico mais me identificava, achando que a luta devia começar dentro do sistema, mas mantendo a minha respeitável independência



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

que era tanto maior quanto menor era a influência do partido na zona em que concorria. -----

Assim se passaram três anos e o balanço que faço é o seguinte: -----

Não foram três anos perdidos, porque aprendi alguma coisa e cimentei as minhas ideias sobre o actual sistema político português mas, por outro lado, gastei muito do pouco tempo que tenho disponível em assuntos que considero menores mas, sobre os quais não podia deixar de me pronunciar. -----

Nunca perdi de vista duas coisas que considero essenciais: as pessoas que me elegeram e a discussão política. -----

Quanto às primeiras, tenho a consciência que um número significativo delas votaram em mim por serem simpatizantes do partido que aqui represento e com o qual cada vez menos me identifico. Acredito ter honrado até à data o compromisso que assumi com elas e não as ter desiludido. -----

Quanto à segunda, honro-me de ter sido a deputada municipal que sugeriu o tema para a única Assembleia temática ocorrida até ao momento, tema este aceite e participado simpaticamente pelos restantes colegas do órgão – o estado do Ambiente no Concelho – e de ter trazido a debate, com as lacunas normais de quem trabalha sem qualquer tipo de apoio, dois temas de particular interesse para os cidadãos – saúde, justiça e segurança – o primeiro razoavelmente debatido e o segundo praticamente ignorado. Também aqui estou de consciência tranquila. -----

Estas são, de forma resumida as razões que me levaram a comunicar aos meus colegas da Comissão Permanente desta Assembleia, a minha intenção de renunciar ao mandato. -----

E aqui voltamos ao cenário inicial e às motivações que me conduziram ao lugar que actualmente ocupo: -----

Ao escrever estas linhas, ao conversar com a minha família, que tem sido um apoio inestimável neste meu percurso e ao ouvir aqueles que me são mais próximos sobre esta minha intenção, concluí que a minha renúncia ao mandato era a negação das minhas motivações iniciais, mesmo que a minha participação continuasse assumindo outras formas e, acima de tudo ... que estou no caminho certo porque, embora solitária já consegui qualquer coisa ... imaginem vocês o que conseguirei acompanhada. -----

Estou cá, para lavar e durar. -----

Resta-me apresentar as minhas desculpas a todos aqueles que, sem qualquer má intenção, induzi em erro e acima de tudo àqueles que me ajudaram a recentrar através das suas amáveis palavras, que tão bem me fizeram sentir. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOSE ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Quero dizer algumas palavras sobre um tema muito importante no nosso Concelho, que é a construção da Prisão. Está em debate público, um dos temas associados à construção da Prisão. Quem quiser consultar o processo na Câmara, tem mais alguns dias para poder ver o que é a trapalhada que é aquele processo e para se documentar melhor, embora os elementos disponibilizados sejam pouco significativos e de pouca monta. -----

Associado a este assunto, queria referir que paralelamente e pese o facto que hajam muitos aspectos a decorrer, nomeadamente de natureza burocrática. Já foi posto a concurso a concepção/construção daquele edifício, para o qual foram limitadas as empresas habilitadas com o nível de segurança. Esta é uma informação importante para os empreiteiros de Almeirim, que assim já sabemos quantos deles poderão participar na construção da Prisão. Relativamente à questão do concurso para o fornecimento de refeições, foi aqui que a que foram excluídas todas as empresas do Concelho de Almeirim. De forma que todos aqueles argumentos de que iria ser uma obra importante para a terra, começamos a ver que as coisas não são bem assim. Apesar de se falar que o abate dos sobreiros tem um número ou outro. Existe neste momento um ofício do Departamento do Ministério da Agricultura que superintende a questão do abate dos sobreiros, a informar que não existe nenhum pedido oficial de nenhuma entidade a solicitar autorização para o abate dos sobreiros. Embora não haja ainda autorização, a verdade é que o concurso para a construção já terminou. Assim, vai a trapalhada da construção no nosso Concelho. -----

PEDRO RAMOS (Grupo da CDU) »» Considerando o papel relevante que a vinicultura tem vindo a ocupar na economia do Concelho de Almeirim do século passado até aos nossos dias; -----

Considerando que Almeirim em mil novecentos e trinta e sete mesmo a ser o maior produtor de vinho do Ribatejo, o que não foi por certo alheio à construção de dois edifícios numa zona central da Vila, para a instalação dos serviços de apoio técnico da Junta Nacional dos Vinhos, organismo oficial de ligação entre produtores e poder político; -----

Considerando a importância desta actividade na história e cultura das nossas gentes; -
Considerando o interesse arquitectónico dos dois edifícios da Freguesia de Almeirim, que é importante preservar, não só pela marca que representa de uma época da arquitectura portuguesa, mas também e sobretudo pela traça indubitavelmente associada às funções que desempenham no apoio à actividade vinícola; -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Considerando, ainda, a centralidade dos dois edifícios do IVV localizados na freguesia de Almeirim, assim como boa localização do edifício de Benfica do Ribatejo; -----

Considerando, por fim, a intenção expressa pelo Governo de alienar este património do Estado e atendendo ao facto que é importante garantir que este venha a reverter para o Município; -----

A Assembleia municipal de Almeirim recomenda: -----

Que a Câmara Municipal de Almeirim desencadeie o processo de classificação de Interesse Municipal dos edifícios do IVV localizados na Freguesia de Almeirim. -----

Que a Câmara Municipal de Almeirim desencadeie contactos com a tutela no sentido dos edifícios de Almeirim e de Benfica do Ribatejo virem a integrar o Património Municipal. -----

JOSÉ MANUEL SAMPAIO (GRUPO DA CDU) »» Ontem pelas duas da tarde, resolvi passar pelo Centro de Saúde de Almeirim, e fiquei verdadeiramente impressionado com aquilo que vi. Na entrada estava uma sala com gente em pé, apinhada. Na sala de espera estava tudo cheio, também aí não havia um lugar vago. Não pretendo com isto fazer qualquer demagogia com os períodos de crise, períodos de epidemia. Fui director de um hospital, e sei que é muito difícil planificar situações de crise, os recursos nunca chegam. No entanto há nesta alturas de crise, que se destaca mais a falta de recursos humanos existentes previamente. O que se passa aqui, tem mais a ver com política de saúde de minorar ou acentuar as dificuldades pontuais deste tipo de epidemias. Porquê? Porque mais uma vez eu quero dizer que a política de saúde que está sendo seguida está errada. Não é o Serviço Nacional de Saúde com o caminho que está a tomar, que caminha inevitavelmente para o aumento das dificuldades. Faltam médicos nos Centros de Saúde, faltam cada vez mais, porquê? Porque a pirâmide da saúde está invertida. Ou seja, o programa que o partido socialista diz, que a porta de entrada do sistema são os Centros de Saúde. Diz o Serviço Nacional de Saúde da mesma maneira, está cada vez mais invertida, ou seja, o número de médicos hospitalares são cada vez mais, relativamente aos médicos existentes nos Centros de Saúde. A maior parte das situações, são situações que podiam ser resolvidas ao nível dos Centros de Saúde, mas para isso são precisos recursos humanos alocados o que não se verifica. Há mais do dobro dos médicos hospitalares em relação aos médicos dos Centros de Saúde. Esta é uma questão política, que os políticos conhecem. A Ministra da Saúde, que conheço bem, minha colega, que conheço bem, Ana Jorge, sabe bem o problema. Os responsáveis pelas várias administrações de saúde conhecem bem o problema. No entanto, os anos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

passam as dificuldades aumentam, e nada se faz. Nada se tem feito para que a paridade entre em sector hospitalar e o sector dos cuidados de saúde primários, se faça em termos de recursos humanos. Deve-se fazer logo na hora da escolha da especialidade e, evidentemente com a oferta hospitalar, e aqui as ofertas hospitalares têm a ver com interesses, não digo que não hajam hospitais que seja necessário construir, com toda a certeza que são, mas quantos mais hospitais forem construídos em detrimento de investimentos nos centros de saúde, o que acontece é que naturalmente uma coisa induz a outra. Portanto esses hospitais induzem em oferta em recursos humanos. Cada vez mais jovens procuram necessariamente especialidades hospitalares em vez de irem para os centros de saúde. Nada disto é orientado no sentido de corrigir esta assimetria. Aquilo que estamos aqui a dizer é que o excesso de urgências hospitalares de três, quatro horas, que a Ministra diz que é um caos, quando uma pessoa está quatro horas à espera em urgências hospitalares, eu não sei que é um caos. Aquilo que eu senti no centro de saúde ontem é que se tratava de uma situação de caos. Era gente de mais para as possibilidades de atendimento que havia. Sendo assim, isto é uma orientação política, que não é tomada, e não é tomada há muitos anos a esta parte. Mais uma vez reafirmo que não é fazer demagogia com os momentos de crise, mas é dizer que esta política de saúde, é a política de defesa do Serviço Nacional de Saúde que está sendo seguida, está errada. É necessário reforçar os cuidados de saúde primários, com a colocação de recursos humanos, nomeadamente médicos do sector. -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» – Depois destas intervenções e também porque O Senhor presidente da Câmara foi diversas vezes, se têm alguma consideração a fazer? -----

PRESIDENTE DA CAMARA – Não tenho considerações a fazer. Apenas digo que a leitura que faço dos assuntos que foram aqui focados, são diferentes daquela que foi referida, mas a maior parte dos assuntos nem sequer os tenho presentes para lhes poder responder. Tomei a devida nota para depois os apreciar. -----

JOAO LOPES (PSD) – Quero dizer que já entreguei cerca de catorze ou quinze o requerimento, e sendo Presidente da Mesa agradecia que encaminhasse os mesmos à Câmara, dado que a Câmara tem quinze dias para responder aos mesmos. Esses quinze dias já passaram há doze meses. -----

PRESIDENTE DA CAMARA – Se o Senhor Dr. João Lopes já lhe passou de memória se são catorze ou quinze, o que não me fará a mim, que lhe tenho de responder. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» Do grupo do PPD/PSD entrou na mesa dois votos, um de protesto e outro de pesar. -----

-----Voto de protesto-----

O Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia Municipal de Almeirim manifesta o seu repúdio através deste voto de protesto pela inexistência de investimentos que o Governo e a Administração Central pretendem levar a efeito, em dois mil e nove, no concelho de Almeirim, através do Plano de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC). -----

Pelo quarto ano consecutivo, isto é, desde que os Orçamentos Gerais do Estado são elaborados pelo Governo do Partido Socialista (dois mil e seis, dois mil e sete, dois mil e oito e dois mil e nove), o concelho de Almeirim não irá receber, directamente, qualquer investimento por parte do Estado Central. -----

Consideramos uma situação grave e lamentável, nunca antes vista, que merece uma tomada de posição firme, em defesa dos superiores interesses da população almeirinese. -----

No primeiro ano em que o Governo Socialista nos privou de investimentos, o senhor Presidente da Câmara Municipal afirmou que existiriam contratos-programa, nas mais variadas áreas, que seriam firmados entre o Município e a Administração Central. Passados quatro anos, nem PIDDAC nem contratos-programa. -----

Ao contrário do que é dito, Almeirim carece de equipamentos que são da responsabilidade do Governo. A construção do Palácio da Justiça da comarca de Almeirim é um deles. Apesar das justificações dos governantes de que existem situações piores do que Almeirim, nós, como representantes eleitos pela população do nosso concelho, temos a obrigação de zelar pelos seus interesses e exigir o que é necessário e premente para ele. -----

Por isso, devemos manifestar o nosso repúdio através deste voto. -----

Solicitamos à Mesa da Assembleia Municipal de Almeirim que, se este Voto de Protesto for aprovado, o mesmo seja publicado nos órgãos de comunicação social regional e local. -----

Assembleia Municipal de Almeirim, trinta de Dezembro de dois mil e oito. O Grupo do PPD/PSD. -----

-----Voto de Pesar-----

ANTÓNIO MIGUEL (Grupo do PPD/PSD) »» Entre mil novecentos e catorze e mil novecentos e dezoito a Europa foi assolada pela I Guerra Mundial, que levou os povos da Europa a entrar em conflito armado contra a Alemanha e Áustria pela luta da



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

liberdade de autodeterminação de um povo, quando, na Primavera de mil novecentos e catorze, o herdeiro do império austro-húngaro foi assassinado em Sarajevo. -----

Portugal, na qualidade de aliado da França e Grã-Bretanha, participou na I Guerra Mundial através do Corpo Expedicionário Português, tendo tombado nos campos da Flandres milhares de soldados portugueses, designadamente na Batalha de La Lys e Verdun, bem como em África, no Sul de Angola e no Norte de Moçambique. -----

Ao longo da I Primeira Guerra Mundial, soldados portugueses perderam a vida em combate, outros ficaram gravemente feridos e por fim, em consequência da inalação de gás venenoso espalhado nos campos de batalha, ficaram estropiados para o resto das suas vidas. -----

Para que o esforço de guerra de muitos Almeirinsenses que contribuíram com a sua condição humana para que um dia fosse possível celebrar o armistício, que pôs termo a um dos períodos mais negros da Europa, impõe-se recordar a sua memória. -----

Ao passar noventa anos sobre o fim da I Guerra Mundial (onze do onze de dois mil e oito), recordar os soldados Almeirinsenses mortos e de todos aqueles que participaram, impõe-se como forma de assegurar a preservação aqueles que não podem ser esquecidos para que a História faça justiça à memória dos soldados Almeirinsenses, que com sacrifício supremo contribuíram para a Paz e Liberdade, que participaram neste conflito armado. -----

Volvidos noventa anos sobre a data do fim da I Guerra Mundial, é de toda a justiça que a Assembleia Municipal de Almeirim aprove este Voto de Pesar e guarde um minuto de silêncio em memória dos soldados almeirinsense que participaram na I Guerra Mundial. -----

Solicitamos à Mesa da Assembleia Municipal de Almeirim que, se este voto de Pesar for aprovado, o mesmo seja publicado nos órgãos de comunicação regional e local. ----

O grupo do PPD/PSD. -----

VEIGA DIAS – Queria solicitar à Mesa da Assembleia que fossem lidos todos os votos e Moções apresentados à Mesa, e que de seguida nos fosse concedido um pequeno intervalo, para podermos analisar estas matérias, já que foram distribuídas muito em cima do início da Assembleia. Depois do intervalo, e aí sim, procedêssemos à votação destes assuntos. -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» A Mesa já ia no sentido de colocar à votação o voto de pesar, e porque é diferente dos outros, porque envolve um minuto de silêncio e, por decisão da mesa vamos votar em separado este voto de pesar. Se for aprovado cumpre-se um minuto de silêncio. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

* **Votação do voto de Pesar:** DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

-----Um minuto de silêncio-----

-----Regresso aos trabalhos -----

JOAO LOPES (PSD) – Este voto de protesto tem como motivo uma situação muito simples. Nos últimos quatro anos, todos os orçamentos do Partido Socialista, o Plano de Investimento da Administração Central, tem sempre dado zero a Almeirim. Aliás de todos os Concelhos do Distrito de Santarém, isto apenas em dois acontece. Almeirim é um dos contemplados. Para resumir o que o PSD diz, é que independentemente das cores políticas de cada um de nós, não podemos deixar de passar em branco quatro anos seguidos sem qualquer verba do orçamento de Estado ao nível de investimento seja contemplada para o Município da Almeirim. Afinal de contas se a cor política nos valesse alguma coisa, sendo que o Governo PS e um Município PS, afinal de contas parece que vale é para diminuir mais o valor dos investimentos. -----

SONIA COELHO (Grupo da CDU) »» “Considerando que o momento que se vive actualmente nas escolas é de instabilidade, de desmotivação, de crispação, de desprestígio e por vezes até de revolta no seio do corpo docente, é sentido no país e também no Concelho de Almeirim. -----

Considerando que perante as reformas da Ministra da Educação deste Governo a situação de desorganização e mau estar provocada tem consequências negativas na qualidade do ensino e no sucesso dos alunos e aumenta a preocupação legítima de todos os intervenientes na comunidade educativa; -----

Considerando as gigantescas manifestações de professores no dia oito de Março, com mais de cem mil professores e educadores, de oito de Novembro com cento e vinte mil, as mais altas taxas de adesão à greve realizadas no passado dia três de Dezembro, como um sinal evidente de descontentamento face às políticas do Ministério da Educação. -----

Considerando as manifestações de estudantes por todo o país, com elevadíssimo número de participantes, contra o novo estatuto do aluno e as suas graves consequências no normal funcionamento das escolas; -----

O Grupo da CDU na Assembleia Municipal de Almeirim, reunida em trinta de Dezembro de dois mil e oito, manifesta a sua solidariedade com a luta dos professores e educadores pelas suas legítimas e justas reivindicações, designadamente: -----

a) Pela defesa de uma Escola Pública de qualidade para todos os Portugueses; -----

b) Por uma gestão democrática das escolas onde o primado da dimensão pedagógica seja uma realidade face aos critérios administrativos/financeiros; -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

- c) Por um estatuto de carreira docente que consagre o principio de uma carreira igual e única para todos os professores; -----
- d) Por um modelo de avaliação de desempenho dos professores e educadores que garanta o acesso e o sucesso no desempenho de mérito e/ou de excelência, baseado no rigor e com critérios de transparência; -----
- e) Pela suspensão imediata do actual modelo de avaliação proposto que descrimina negativamente os professores e cujas alterações de simplificação recentemente aprovadas em conselho de ministros são a prova cabal do fracasso deste modelo burocrático e economicista, cujo único objectivo é impedir que os professores e educadores progridam na carreira mesmo que o mereçam. -----
- f) Contra a precariedade que actualmente existe na profissão de docente devido ao tipo de concursos, de vinculo laboral e à pretensa prova de ingresso na carreira – que obrigará à realização de um exame por parte dos jovens licenciados e todos aqueles que têm menos de cinco anos de serviço; que escolherem a docência como profissão.

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» Entrou na Mesa o requerimento do PS no qual requer um intervalo de cinco minutos para análise dos documentos propostos a esta Assembleia. -----

*** Votação do requerimento para um intervalo de dez minutos: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, um intervalo de dez minutos.** -----

-----Regresso aos trabalhos após um intervalo-----

*** Votação da Recomendação relativa aos edifícios do IVV localizados na Freguesia de Almeirim e Benfica do Ribatejo.** -----

REJEITADO por maioria com, treze votos do PS, duas abstenções do PS, uma abstenção do CDS, três a favor do PSD e seis votos a favor da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

DOMINGOS MARTINS (Grupo do PS) »» O nosso voto contra esta recomendação tem a ver com o facto de não estar enquadrado no tempo, dado que este assunto está a ser alvo de análise na Revisão do PDM. Refiro-me ao edifício do IVV de Almeirim. Quanto ao edificio de Benfica, entende o Grupo do PS que se trata de um edifício sem valor de património, ao classificá-lo, só iria prejudicar a localização. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Eu abstenho-me porque não conheço em pormenor as implicações de classificar estes dois edificio em Património Municipal.



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Em qualquer dos casos, os meus votos são os seguintes: Que ninguém compre os edifícios, e que aquele Decreto-Lei que esteve aqui à discussão a semana passada entre em vigor. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DE BENFICA – Por razões óbvias teria que dizer alguma coisa sobre este assunto. Diz no ponto um, “que a Câmara Municipal de Almeirim desencadeia o processo de classificação de interesse municipal dos edifícios do IVV localizados na freguesia de Almeirim”; “Que a Câmara Municipal de Almeirim desencadeia contactos com a tutela no sentido dos edifícios de Almeirim e Benfica do Ribatejo vir a integrar o Património Municipal”. -----

Se Almeirim e Benfica do Ribatejo não são património, então? -----

Sei que à anos a esta parte a câmara de Almeirim, tem desenvolvido esforços no sentido para que os IVV de Almeirim e Benfica venham a ser património do Concelho. Quando falo de património, é para ficar ao serviço das populações, não está em causa que tipo de património, é importante é que esteja nesse património. -----

PRESIDENTE DA CAMARA »» Vou tentar interpretar a Declaração de Voto dos membros da Bancada do PS, Senhor Domingos, porque o ponto um e dois em coerência não querem dizer a mesma coisa, ou não se conjuguem e, isto pelo seguinte: O ponto dois que os edifícios dos IVV quer o de Almeirim, como o de Benfica possam vira fazer parte do património municipal, é realmente um esforço que a Câmara tem vindo a fazer, agora o que acontece é que a classificação destes edifícios, pelo menos das suas fachadas, arquitectónicamente o edifício de Almeirim, segundo os técnicos, aspectos a preservar, em Benfica, já fico com dúvidas se o interesse de Benfica é a classificação, porque um edifício classificado, nunca mais pode ser demolido, por exemplo, aquele espaço faz falta à freguesia de Benfica do Ribatejo. A recomendação, tal como está redigida não me parece que defenda os interesses concretos de Benfica do Ribatejo. -----

*** Votação do Voto de protesto pela inexistência de investimentos que o Governo e a Administração Central pretendem levar a efeito para dois mil e nove no Concelho de Almeirim.** -----

REJEITADO por maioria com, treze votos do PS, duas abstenções do PS, uma abstenção do CDS, três a favor do PSD e seis votos a favor da CDU. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)

PRESIDENTE DA JUNTA DE FAZENDAS»» O Grupo do Partido Socialista votou contra este voto de protesto, porque contrariamente ao que o PSD diz, o PIDDAC prevê um investimento no Concelho de Almeirim de sessenta milhões de euros e não zero euros.

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)

JOSAO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» O PSD quer dizer aqui, que lamenta que mais um vez, durante quatro anos seguidos o Governo do Partido Socialista a uma Câmara também do Partido Socialista, e ao contrario do que muitas pessoas pensam, não lhes trás qualquer beneficio, antes pelo contrário. Não há qualquer verba destinada ao Concelho de Almeirim no PIDDAC, pois se fosse verdade, ela certamente estaria na Rubrica – Almeirim, o que não é o caso, e muito menos sessenta milhões de euros.

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)

ARMINDO BENTO (Grupo do PS) »» Não votei contra nem a favor. Não votei a favor porque não concordo com os considerandos, responsabilidade da não existência do Palácio da Justiça da Almeirim á tanto dos Governos do PSD, como do PS e, gostaria de ter votado a favor, e gostaria de ter votado a favor, porque Almeirim necessita de um Palácio da Justiça, que é um compromisso há muito assumido, mas não tendo sido atendido por nenhum Governo.

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)

MARIA BERNARDINA – A minha abstenção prende-se com a justificação dos meus colegas, nas suas intervenções anteriores pois trata-se de uma disputa com os Governos PS/PSD. Por estas razões, prudentemente abstenho-me.

*** Votação da Moção de apoio aos professores e educadores, a propósito das recentes alterações ao seu estatuto.**

REJEITADO por maioria com, quinze votos do PS, Uma abstenções do CDS-PP, três a favor do PSD e seis votos a favor da CDU.

DECLARAÇÃO DE VOTO

(Artigo trigésimo sétimo, do Regimento)



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

PRESIDENTE DA JUNTA DE BENFICA »» Ainda bem que veio a esta Assembleia este tipo de votação e discussão, para eu me poder aperceber de uma coisa, que fiquei estupefacto. Como é que é possível tantos professores votarem contra eles próprios. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Eu abster-me por uma razão simples, parece que este sistema de avaliação não é do agrado da generalidade dos professores, que o têm manifestado. Mas, ainda não ouvi da parte dos professores ou das estruturas que os representam qualquer alternativa de avaliação, e eu acho que a avaliação é uma coisa que tem que ser feita e aceite. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

PRESIDENTE DA JUNTA DA RAPOSA »» A minha votação foi para além da disciplina de voto da Bancada do PS, seria sempre não justificado o porquê. Lembro que não tem sido com lisura que a nossa Ministra tem abordado o assunto. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MARIA JOSE (Grupo do PS) »» Votei contra a presente Moção, em solidariedade com a minha bancada, apesar de existirem algumas matérias com as quais não me revejo no que concerne à educação. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

TERESA FILIPE – Como docente que sou, e preservo esse estatuto, tenho-me mantido solidária e envolvida com todo este processo de contestação sobre o modelo de avaliação do desempenho dos docentes, nomeadamente participando na manifestação em Lisboa e na greve. Senti directamente os efeitos negativos e desgastantes neste último processo que tem tido a vida pessoal e profissional na maioria dos docentes, incluindo-me a mim. -----

No entanto, também acompanho os acontecimentos de modo a facilmente perceber que tem havido a necessidade de avaliação de desempenho dos docentes, e, aí todos estamos no mesmo barco. Há efectivamente essa necessidade, de uma forma justa, adequada e ajustada. No entanto, a Senhora Ministra tem vindo a mostrar alguma flexibilidade na adaptação deste modelo, o que a meu ver tem sido contrário ao da



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

plataforma sindical, que se posicionou de forma firme e severa, o que não traz qualquer avanço. -----

Votei contra a Moção apresentada, pois também penso que não é por aqui, que os docentes terão a sua situação resolvida. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

TERESA FILIPE (Grupo do PS) »» De acordo com a alínea i) do artigo vinte e quatro, do Regimento da Assembleia Municipal, passarei a referir as alterações à constituição de sete Comissões. Assim, na Comissão Permanente da Assembleia Municipal em substituição do Dr. Armindo Bento, o Dr. Manuel Luís da Cruz Bárbara. Na Comissão para o Plano Director Municipal, em substituição da Dr^a Sílvia Isabel Evangelista Bento da Fonseca Alexandre, Carlos Alberto Roxo Cardoso. Na Comissão da Toponímia e distinções, em substituição da Dr^a Sílvia Isabel Evangelista Bento da Fonseca, estará o Domingos Manuel Monteiro Martins. Na Comissão do Desporto Juventude e Tempos Livres, em substituição da Dr^a Sílvia Isabel Evangelista, estará Carlos Alberto Alves Paulo. Para a Comissão de Elaboração do Diagnóstico de políticas de Inserção, nomeadamente no combate à pobreza, e situações de exclusão social, em substituição do Dr. Armindo Castelo Bento, estará o Dr. Manuel Luís da Cruz Barbara. Na Comissão de Educação e Apoio Social, em substituição da Dr^a Sílvia bento Evangelista, João Manuel Pinto Torres. -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» Trata-se apenas de uma informação à Assembleia. -----

SILVIA BENTO (Grupo do PS) »» Aceito a decisão como é óbvio. Mas, lamentavelmente mais uma vez e numa extrema falta de ética por parte do Partido Socialista, poderiam ter falado comigo antes, pois embora tenho opiniões diferentes em algumas matérias, continuo a ser militante do PS, eleita neste Órgão democraticamente, tenho cumprido as minhas funções. Acho que mais uma vez numa extrema falta de ética não me foi comunicada essa vossa decisão. Não deixei de ser militante do PS. -----

ARMINDO BENTO (Grupo do PS) »» Quero dizer ao Senhor Presidente da Mesa que não é ele que manda na Assembleia. Há a Lei! Queria saber qual foi a lei que motivou a minha substituição nas Comissões, uma vez que eu não me demiti de nenhuma. Nos termos da lei continuo a pertencer a todas as referidas Comissões. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

É evidente que o grupo de pessoas que elaboraram isto, ou não quer cumprir a Lei, ou então a Lei para elas não vale nada. -----

Devo-lhes dizer que nos termos da Lei, cabe à Assembleia Municipal nomear as Comissões, e não qualquer grupo. -----

Por fim, dizer que nos termos legais continuo a pertencer a todas as Comissões, e caso não seja, procederei de acordo com o previsto na Lei, excepto na Comissão que por direito próprio o Presidente da Assembleia tem lugar, que é a Comissão de Ordenamento do Território. -----

JOAO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Independentemente destes saneamentos políticos internos que acabámos de assistir, queria colocar uma questão de ordem prática. Tanto quanto é do meu conhecimento a Comissão Permanente já estava em representação do Partido Socialista o Dr. Manuel Luís Bárbara, logo por inerência, assim o lugar de Presidente da Assembleia Municipal. Pergunto, quem é que entrou como líder da Bancada do Partido Socialista. -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» – É substituído pelo Dr. Veiga Dias. -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Resta saber se não houver mais nenhum caso idêntico a este e referido pelo meu colega. No entanto não queria deixar de reiterar o que disse o Dr. Armindo Bento. Quando as Comissões foram eleitas, foram-no em Assembleia, votada por todos nós. Ora, se o partido entendeu substituir alguém nas Comissões têm que trazer aqui e com os votos da sua maioria, retirar as pessoas das Comissões e substitui-las. -----

Tenho a certeza que o Senhor Carlos Mota não vai deixar passar este assunto. -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» Fica aqui a informação que provavelmente na próxima Assembleia se voltará a este assunto. -----

ARMINDO BENTO (Grupo do PS) »» Gostava de saber qual é a Lei que permite esta tomada de decisão e quem o fez, pois só com esses elementos é que posso agir em conformidade. -----

Não conheço nenhuma Lei, como tal agradeço que me diga qual é. -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» Senhor Dr. Armindo Bento, não lhe vou responder, porque acabei de informar a Assembleia que este assunto virá à próxima sessão deste Órgão. -----

ARMINDO BENTO (Grupo do PS) »» Quero informar a Mesa, que quero ser convocado para a próxima reunião da Comissão Permanente. Há dois deputados municipais saneou sem lhes dizer nada. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Requeiro ser convocado para a próxima Comissão Permanente e para todas as outras, por direito próprio e que me interessam. É a Lei que me permite isto. -----

-----ORDEM DO DIA-----

----- (alínea E do número um do artigo quarto do Regimento) -----

PONTO UM – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA APRESENTADA PELO PRESIDENTE DO EXECUTIVO MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, DO ARTIGO QUINQUAGÉSIMO TERCEIRO, DA LEI NÚMERO CENTO E SESENTA E NOVE, BARRA, NOVENTA E NOVE, DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI NÚMERO CINCO, TRAÇO, A, BARRA, DOIS MIL E DOIS, DE ONZE DE JANEIRO, CONJUGADO COM O ESTIPULADO NA ALÍNEA E) DO NÚMERO UM, COM A PREVISÃO DO NÚMERO NOVE DO ARTIGO QUARTO NOS TERMOS DO ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO DO REGIMENTO DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL. -----

-----Interpelação à Mesa-----

JOSE ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Quando o meu grupo quiser pedir uma interrupção desta Assembleia para reunir, como é que podemos ter acesso ao reservado? -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» – Por mim, a qualquer uma das salas à esquerda deste corredor, em frente têm duas salas. Encontra-se de certeza um espaço reservado. -----

PRESIDENTE DA CAMARA – Fico a aguardar as questões e observações que forem feitas à informação escrita. -----

JOAO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Relativamente à informação escrita, quero começar por esclarecer, dado que as ironias começam a ser muito caras ao PSD. Em Fevereiro apresentei catorze requerimentos por escrito, e em Abril apresentei um requerimento por escrito. Quero dizer também ao Senhor Presidente da Câmara que quando eu lhe falei do tema que concerne à RESIURB, ECOLEZIRIA, ALDESC e Águas do Ribatejo, o Senhor Presidente, segundo a informação escrita: Presidente da RESIURB, Presidente da ECOLEZIRIA, Presidente da ALDESC, Presidente das ÁGUAS DO RIBATEJO realmente não é nada de estranhar que o Presidente diga que a maior parte dos assuntos não os tem aqui presentes. Afinal, o Senhor é Presidente em tudo, e não resposta absolutamente para nada. É caso para perguntar: é Presidente e tem alguma medida executiva? Sabe como é que as contas foram aprovadas? Não sabe? Sabe que a ALDESC, ainda não tem registado a sua extinção?



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Mais uma vez não estão aqui os processos judiciais em curso, que envolvem a Câmara, como é sua obrigação entregar a esta Assembleia. -----

Gostava de saber se o Senhor Presidente da Câmara sabe como é que se encontra o processo, em que a Câmara de Almeirim é ré com o número quatrocentos e sessenta barra dois mil e sete ponto nove TBALR? A Câmara de Almeirim é pelo menos neste processo ré! -----

O PSD não desiste do cumprimento da Lei e não desiste do seu papel de fiscalização. Foi para isso que houve pessoas que votaram no PPD/PSD. -----

Quero dar nota a esta Assembleia que a IGAL enviou ao Senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim, apesar de nada vir referido, pois o Senhor Presidente deve-se estar a preparar para meter mais uma carta da IGAL nos arquivos. Uma carta em que lhe são dados quinze dias para enviar à IGAL uma listagem dos processos judiciais a correr nos tribunais comuns ou administrativos em que o Município seja parte, cópia de todas as procurações a Advogado, solicitador ou representante legal outorgados pelo Município ou quantias pagas por honorários relativos às procurações de processos de um barra zero um de dois mil e sete a esta data. Na listagem de processos será enviada cópia do articulado apresentado pelo Município de tais processos, petição ou contratação, assinado pelo inspector Orlando dos Santos Nascimento. -----

Por fim, uma pequena nota, pois como Almeirinese que sou, esteja onde estiver, gosto muito de ler os jornais daqui, logo, gosto muito de ver, como não poderia deixar de ser, ler o “Almeirinese” e vi na última página deste jornal, que já começaram os anúncios e as propagandas com dinheiros públicos, e que a campanha eleitoral já começou. -----

Está lá uma informação relativamente aos Centros Escolares, como sendo uma prenda, quando os Centros Escolares têm um processo e plano de execução muito superior do que apenas o plano de dois mil e nove. -----

Sobre as contas de dois mil e oito, relativamente ao dia nove de Dezembro de dois mil e oito, mais uma vez cumpre aquilo que já vem sendo hábito, trinta e sete vírgula quatro por cento, é execução de despesas de capital, com uma outra agravante, os trinta e sete vírgula quatro dizem aqui que a dotação era de sete milhões de euros. ----

JOSE ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Relativamente ao texto da informação escrita, quero referi a questão do Centro Escolar, em que já houve uma anulação do concurso anterior com prejuízos efectivos para o erário público, população, custos que são o reflexo directo do atraso da execução das obras e dos custos financeiros que a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

referida anulação do concurso teve. Também queria referir que o concurso para as refeições está a ser concluído, embora as aulas tenham começado no dia quinze de Setembro de dois mil e oito, o que não deixa de ser estranho que a Câmara não tenha conseguido cumprir mais um ano prazo escolar com o das refeições. -----

Relativamente à questão da recuperação do IVV de Almeirim, consideramos que realmente tem uma arquitectura representativa de uma época e que a degradação do espaço não beneficia nada o Concelho. Também afirmamos que nesta Assembleia mais uma vez não foram cumpridos os pressupostos e os elementos que por Lei são obrigatórios distribuir a todos os eleitos, nomeadamente o recurso hierárquico e os processos judiciais pendentes e o estado actualizado dos mesmos, de acordo com a Lei. Também não foi recebida nenhuma informação sobre a situação económica ou financeira da Câmara, nem o parecer do Auditor Externo, situações que também já por diversas vezes foram aqui referidas. -----

São documentos que devem incomodar muito o Senhor Presidente da Câmara, devem haver coisas muito gravosas que incomodam o Senhor Presidente, para considerar que os direitos dos eleitos desta Assembleia não devem ser cumpridos. Também não queria deixar de passar outros elementos cujo silêncio cúmplice de alguns presentes nesta Assembleia é sintomático. Silêncio que em alguns já houve compensação, outros que esperam ansiosamente por essa compensação e a minoria. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FAZENDAS »» Não me vou alongar muito na minha intervenção, mas, quem não estivesse no terreno como foi o meu caso e, estivesse aqui a ouvir as intervenções destas duas bancadas, chegaria a uma só conclusão. O Presidente da câmara pouco fez, e o que fez foram disparates. -----

Quero felicitar o Presidente da Câmara, porque ao longo destes mandatos, especialmente no ano de dois mil e oito, a minha freguesia foi contemplada com pequenas obras, que para mim foram grandes obras. Porque grandes obras, não são só obras de fachada. Nomeadamente arranjos em casas de famílias carenciadas. Para estas família... esta obras, que nós chamamos acções, são grandes obras. -----

Quero felicitar o Senhor Presidente da Câmara, porque a Casa da Cultura de Fazendas de Almeirim vai ser uma realidade. -----

Quero desejar-lhe muita saúde, em meu nome pessoal e em nome dos Municípes da minha Freguesia, e que terá todo o meu apoio e do meu Executivo, para que as obras em Fazendas, que vão ser muitas, nomeadamente o saneamento de Paço dos Negros, Centro Escolar de Fazendas e a Casa da Cultura, no próximo ano sejam uma realidade. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

MARIA BERNARDINA – A primeira coisa que vou ter de fazer, é segurar bem este microfone com as duas mãos, para que ele não escorregue, pois está cheio de graxa; segunda coisa, avise os seus Munícipes da Freguesia de Fazendas que a Câmara de Almeirim é especialista em pagar a pronto, mas também é especialista em não registar os terrenos em seu nome, com os vendedores a pagar o IMI durante trinta anos. ----- Sobre a informação escrita, devo dizer que há aqui algumas coisas que me chamaram a atenção pela positiva. Continuam as exposições na Galeria Municipal, na Biblioteca, têm-se comprado fundos bibliográficos para a Biblioteca, continuam a apoiar as diversas realizações do Concelho. É importante! Iniciaram a recuperação dos sanitários públicos em Benfica do Ribatejo. Apoiam a confraternização entre idosos de Benfica do Ribatejo, apoiam o colóquio sobre Timor. Tudo isto é importante. Mas, também é importante sobre o que se passa com o estabelecimento Prisional de Lisboa. Não esquecendo todas as outras coisas que são importantes, também gostava de saber alguma coisa sobre o Estabelecimento prisional na Herdade dos Gagos. ----- Também gosto muito desta nova técnica do Senhor Presidente da Câmara, que é tomar nota das perguntas, para depois não responder. Já lhe enviei por escrito uma simples pergunta, para não lhe falar dos requerimentos que lhe mandei, pois quando comecei a perceber que não tinha resposta travei. Mas fiz uma pergunta muito pequena sobre o estabelecimento prisional, fiz por escrito e ainda não obtive resposta, mas a esta talvez o Senhor Presidente me dê resposta. De fonte bem informada, tive conhecimento que um empresário bem conhecido, um dos grandes empresários do nosso país, até posso dizer que é um empresário que leva ex Primeiros-ministros de avião para a sua ilha, estava interessado em fazer investimentos no Concelho, investimentos em monta. Um grande empreendimento de lazer, e que a zona objectivada é a extrema da freguesia da Raposa com a Freguesia das Fazendas de Almeirim. Posteriormente parece que esse assunto arrefeceu e consta-se que teria arrefecido porque o Senhor Presidente da Câmara teria dado prioridade ao estabelecimento prisional em relação ao tal estabelecimento de lazer. Fiquei perplexa! Posteriormente tive a informação de fonte fidedigna que esse empreendimento tinha comprado a Herdade dos Gagos, indemnizando o direito de superfície à Junta de freguesia das Fazendas, para fazer o dito empreendimento de classe média/alta. Comecei a pensar que este assunto da prisão é areia que nos querem atirar para os olhos. Como aconteceu o mesmo em Benavente, sobre os sobreiros, que liquidou o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

processo “Portugal”, num instante pensei: mandem o assunto da prisão para a frente, para nós dizermos não e depois temos que aceitar o dito empreendimento de lazer.

Como eu não gosto de viver do “diz que disse” quero saber junto do Senhor Presidente da Câmara se isto que acabei de dizer, tem algum fundo de verdade, ou não? -----

PRESIDENTE DA CAMARA – Começo pelo fim das intervenções para agradecer à Senhora Deputada a informação que me deu, porque eu desconhecia completamente este assunto. Não sei quem é o investidor, não sei se fez algum negócio com a Junta de Fazendas, provavelmente fez. -----

* **Votação do requerimento para um intervalo de dez minutos: DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE, um intervalo de dez minutos.** -----

-----Regresso aos trabalhos após um intervalo-----

PRESIDENTE DA CAMARA – Começo onde fiquei, respondendo à última questão que me foi colocada, visto que desconheço por completo qualquer negócio que esteja a ser feito na Herdade dos Gagos, desconheço o investidor. -----

Sobre o estabelecimento prisional, aquilo que posso dizer é que neste momento decorre o inquérito público que é da minha responsabilidade e que sobre esta iniciativa do Governo, mais não sei. -----

Sobre as outras questões do Senhor Dr. João Lopes, disse que eu tinha sido nomeado, para os cargos que referi aqui na informação escrita. Quero-lhe dizer, não fui nomeado, mas escolhido pelos meus colegas de vários partidos, não pelo Senhor Presidente da Câmara de Santarém, infelizmente, mas por todos os outros que me escolheram, talvez porque exerça estes cargos sem remuneração e, isso é uma coisa que cabe aos autarcas da região. Quero-lhe dizer que reconheço o poder de fiscalização do PSD, mas também lhe digo que não estão sozinhos nestas funções, visto que nesta Câmara é a mais bem fiscalizada do país. É rara a semana em que eu não receba perguntas do Tribunal para responder. Como vê a fiscalização é eficaz. Quero-lhe dizer que também em relação ao ofício da IGAL, foi respondido dentro do prazo que foi estabelecido pela IGAL. Quanto aos Centros Escolares referidos pelo Senhor José Alfaiate, quero dizer-lhe que a anulação do concurso, apenas quis repor a verdade nesse concurso, e não houve prejuízo nenhum para o erário público, visto que o valor agora, corresponde ao valor da candidatura prevista nos fundos comunitários e não o concurso anterior. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sobre as despesas de capital, que frequentemente referiu nas suas intervenções, que as despesas de capital têm que reflectir uma situação que a Câmara deve cumprir, para ser bem gerida. Esta afirmação que faço, no fundo é a de tentarmos fazer o menor de disparates como refere ali o Senhor Presidente da Junta de Fazendas, porque quando se dá um passo maior que a perna, caímos na situação de algumas Câmaras do nosso país ou da nossa região, até aqui bem perto. Onde se fazem muitos mais espectáculos que em Almeirim, onde se gasta muito mais dinheiro que em Almeirim, e onde a Câmara não tem a menor possibilidade de o fazer, que por acaso é do Partido do Dr. João Lopes. As despesas de capital, como sabe, os investimentos neste momento estão sujeitos a uma situação que as câmaras têm vivido até agora, e tem e, tem criticado o Governo, como eu tenho feito. Tem havido demora na implementação do QREN, e isso tem afectado as despesas de capital, pois não havendo financiamento externo, é evidente que só às custas de meios próprio e, os meios próprios como sabemos são cada vez menores. A crise também não é alheia às Câmaras e, nós estamos a sentir o seu efeito. -----

Quanto às refeições, quero dizer que os alunos de Almeirim estão a tomar as suas refeições, de qualidade, a horas e, não lhes tem faltado refeições desde o início do período escolar. Quanto ao IMI que aqui se falou, devo dizer que a responsabilidade do abate das parcelas vendidas à Câmara são da responsabilidade dos Municípes, que levam uma cópia da escritura e, que junto das Finanças, solicitam a o respectivo abate, de modo a não continuarem a pagar IMI sobre algo que já venderam. -----

Penso que respondi a quase tudo. -----

Quanto ao processo quatrocentos e sete barra zero sete ponto zero nove, não sei quem é o seu autor! -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FAZENDAS »» Temos muitos assuntos importantes para debater esta noite, com tal, penso que não devemos controverter assuntos que não tem nenhum sentido. Penso que a intervenção da Dr^o Maria Bernardina foi extremamente infeliz, pois, todos quantos aqui estão, sabem que se a Junta tiver que vender, quer seja um pinheiro, sobreiros, cortiça ou outra coisa qualquer, têm que abrir um concurso público. Todo o Município sabe isto! Sobre o tal investidor que falou, nunca o vi interessado em negócios na nossa Freguesia e, também desconheço que tenha tido contactos com proprietários de parcelas na zona da Herdade dos Gagos. --- Numa sessão deste órgão, a Dr. Bernardina confessou que não conhece a Herdade dos Gagos, mas vem aqui de ânimo leve fazer afirmações do género que fez. Gostaria de saber se têm a certeza do que acabou de afirmar e, se assume a responsabilidade



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

daquilo que disse neste órgão? Se sim que o faça também por escrito e o entregue na Mesa da Assembleia, para quem de direito poder proceder em conformidade. -----

-----Defesa da Honra-----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Agradeço o facto de não ter falado do seu curriculum, pois já é um enorme progresso. -----

Deixe que lhe diga uma coisa; penso, que ao falar deste assunto, é porque tenho fontes. Começo a achar que há nervosismo a mais sobre este assunto. -----

For fim, dizer-lhe que assumo tudo o que digo. -----

PONTO DOIS - APROVAR AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E O ORÇAMENTO PARA DOIS MIL E NOVE, AO ABRIGO DA ALÍNEA B) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO DE DOIS MIL E DOIS, EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO NÚMERO DOIS DO ARTIGO QUARENTA E NOVE DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Vou fazer uma breve introdução aos documentos que hoje apresentamos para apreciação desta Assembleia, em cumprimento da legislação vigente. -----

Quero dizer que o Plano e Orçamento que trazemos a este Órgão é o que é possível fazer. É evidente que em documentos provisionais, nunca apresentamos os ideais, nem os que gostaríamos, mas, apresentamos documentos que nos são possíveis pelos meios estruturantes que nos vêm sendo postos à disposição. -----

Quem fizer uma leitura atenta, verifica que há dois itens destes documentos que mereceram uma atenção especial por parte do Executivo, refiro-me à educação, onde o valor da proposta que aqui apresentamos é mais do dobro do orçamentado no ano anterior, isto porque temos a construção dos dois Centros Escolares, entre outras acções, importantes na área da educação, estou a falar do PET XI, que nos foi apresentado com a informatização generalizada ao nível do primeiro ciclo, com a instalação de quadros interactivos, que vão alterar por completo a postura dos nossos professores e alunos dentro da sala de aulas e, também a sociedade civil, visto que os pais vão sofrer os efeitos desta revolução na área da educação. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

No ambiente, quer por força da entrada em funcionamento da empresa “Águas do Ribatejo”, que no passado, foi mal querida por algumas pessoas, esta começou, neste momento, com especial significado no nosso Concelho, visto que está em fase de adjudicação a reconstrução das Estações Elevatórias de Almeirim e a construção da rede de esgotos em Paço dos Negros e Foros de Benfica. São investimentos avultados que vão alterar significativamente as condições ambientais do nosso Concelho. -----

Apesar da crise e, estes dois documentos entroncarem nessas condicionantes que neste momento a todos nos atinge, apesar disso conseguimos fazer um orçamento que ultrapassa aquele que estava previsto e, mesmo retirando os investimentos na área do ambiente, conseguimos fazer um orçamento que ultrapassa no seu valor global aquele que tínhamos feito o ano passado. É um esforço que dota o nosso Concelho de acções que valorizam e, como disse, não sendo documentos ideais, são documentos que nos deixam mais uma vez de consciência tranquila para arrancarmos com o ano de dois mil e nove. -----

No que diz respeito aos números, como sempre, peço ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, caso seja necessário, permita que o Senhor Dr. Xavier responda a algumas questões que eventualmente possam ser feitas pelos membros deste órgão. Faço o mesmo pedido, para o Dr. João Magalhães, no que diz respeito ao quadro de pessoal que a Lei exige. -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Há uns tempos a trás, fiz a seguinte afirmação que era “Em tempos de vacas magras é que se vêem os bons gestores”,. Com muito dinheiro toda a gente, melhor ou pior faz obra, com pouco dinheiro, é um pouco complicado. -----

A introdução deste orçamento é no mínimo pífia, está cheia de condicionalismos e, para mim a palavra “condicionante” têm um sinónimo que não é pejorativo, mas, uma condicionante a um orçamento é uma limitação ao orçamento, algo que espartilha o orçamento. O QREN, até posso compreender que seja uma condicionante, mas outra das condicionantes é a constituição da empresa “Águas do Ribatejo”. Então, se é uma condicionante, porque foi constituída? Não percebo! Outra das condicionantes é o facto de a Câmara vir a integrar a politica desportiva, então porque é que extinguiu a ALDESC? Também não consigo perceber! -----

Relativamente à digitalização do arquivo, em dois mil e oito dizia na proposta de orçamento que se ia lançar o concurso, em dois mil e nove, dizem que vão iniciar os estudos. Diz, que relativamente à repartição de contabilidade, que os senhor auditor



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

externo está a implementar medidas muito concretas. Nós não temos conhecimento de nada. Relativamente às instalações, diz aqui o Plano e Orçamento que vai-se proceder à passagem de todos os serviços para a Zona de actividades económicas, que acho muito bem. O estudo está concluído e, espera-se a mudança em dois mil e nove. Mas, no entanto vão continuar com a melhoria dos espaços actuais. Se em dois mil e nove se prevê a mudança, porque é que vão andar a gastar dinheiro com os espaços actuais? Em tempo de vacas magras seria o que eu pouparia certamente! Relativamente à educação e primeiro ciclo “Vamos desenvolver acções de sensibilização na área da educação ambiental em colaboração com o pelouro do Ambiente e com a VALORMED. Nessa altura, se quiserem ter a bondade de me avisarem, terei todo o gosto em apresentar um comentário que a breve trecho será apresentado nesta Assembleia, da forma como foi feito o aterro na Raposa e os crimes ambientais que se cometeram, pois será interessante que as crianças percebam o que se deve ou não fazer. Acho de um cinismo atroz, vir com estas sessões de sensibilização e, depois quando passamos à prática, esquecemo-nos do ambiente e cometemos toda a espécie de atrocidade. -----

Diz-se que vão instalar quadros interactivos, como mais um passo para combater o abandono e o insucesso escolar. Isto só me dá vontade de rir! O abandono escolar e o insucesso escolar não é com quadros interactivos que se combate, é de uma maneira mais simples. É as crianças descobrirem que estão a estudar para uma coisa que mais tarde, com ela podem ter um emprego na terra onde vivem, podem aqui viver em condições, isto é que faz qualquer criança estudar e ter vontade de fazer alguma coisa na vida. -----

Relativamente à cultura, também é preciso não ter vergonha na cara...enchem a parte da cultura com o pórtico de Paço dos Negros, com o tratamento que lhe têm dado, que é do conhecimento de todos. O Pórtico de Paço dos Negros serve para fazer estes “bonitos” no orçamento, mas na prática é o que nós sabemos. Dizem que pretende contribuir para o enriquecimento intelectual através da cultura e para a fixação local das populações. As populações não se fixam com cultura, mas sim com condições de vida. Seguramente a cultura será um bem de segunda o terceira necessidade, dizem ainda que já está adquirido o terreno para a nova casa da cultura de Fazendas de Almeirim e, que agora vão avançar com o seu estudo. Para mim, primeiro fazem-se os estudos e depois é que se avança com a compra dos terrenos. Também dizem que vão continuar com os estudos no espaço envolvente à Fonte dos Namorados e Fonte de São Roque. Em tempo de vacas magras, esta Câmara faz aquilo que o Governo



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

faz. Como o desemprego aumenta, como a crise abunda, manda as pessoas estudarem. Esta Câmara dedica-se a estudar! Aconselho a Câmara a comprar um quadro interactivo para ser se consegue melhorar este orçamento. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DA RAPOSA »» A minha introdução sobre os documentos em discussão são em parte e como não podia deixar de ser, dedicados à Freguesia de Raposa, no entanto farei alguns reparos sobre o Concelho. -----

Depois de já por excelência a área de ordenamento do território fazer parte dos últimos planos do Executivo, espero que seja no ano de dois mil e nove uma realidade, para que também neste ano seja possível fazer-se as alterações no PDM, sabemos que há muitas expectativas no Concelho sobre estas alterações no Plano Director Municipal, a freguesia de Raposa precisa urgentemente destas alterações, ora para alargar o perímetro urbano, ora para a criação de actividades económicas. -----

Outro reparo que faço ao PDM é efectivamente o desbloqueamento do Plano de Pormenor para a Zona Turística de lazer e desporto do Convento da Serra, visto ser um projecto de grande dimensão, único no país e o maior da Europa, que para além destes pormenores, vai criar mais de cem empregos directos e outros tantos indirectos. Penso, não, tenho a certeza que projectos desta dimensão terão de ser agarrados com as duas mãos. Estas são algumas observações que deixamos ao Executivo. -----

Nos resíduos sólidos e Meio Ambiente, quero deixar os parabéns ao Executivo e em especial na pessoa do Senhor Presidente e do seu Vice-Presidente, estes documentos hoje aqui apresentados são um continuar do grande trabalho e esforço feito pela Autarquia nos últimos anos, digo isto, porque sei do que estou a falar e o Concelho de Almeirim apresenta-se na linha da frente de todos os Concelhos vizinhos, senão vejamos: Raposa freguesia piloto na recolha de material para reciclagem porta a porta. Todas as Quintas-feiras, estamos a recolher mais de meia tonelada entre papel e embalagens, esta recolha só na zona urbana. Se acrescentarmos a estes valores a recolha dos ecopontos, do óleo e das roupas, facilmente se percebe que esta freguesia é um exemplo na reciclagem. No entanto devemos realçar o trabalho realizado no concelho. -----

Recolha porta a porta através de comércio verde. Cerca de duas toneladas e meia por mês. -----

Recolha de roupa, cerca de dez toneladas por mês. Recolha de óleo, cerca de mil quilos por trimestre. A campanha junto das escolas para a recolha de óleo com a entrega de funis. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

A camioneta dos “Monstros” com cerca de dois mil serviços em dois mil e oito. Parceria com o rendimento social de inserção para a recolha de equipamentos que podem ser reutilizados por famílias carenciadas. Projecto em parceria com a CRIAL “Do velho se faz novo”, com vertente ambiental e social. -----

“Diga não à publicidade não endereçada”, que visa diminuir o número de folhetos de publicidade. -----

Informação bimensal, através da folha ambiente. -----

Prémios na área da mobilidade, dou como exemplo o prémio europeu. -----

Utilização de mobiliário urbano reciclado. Papeleiras, bancos, floreiras, cercas ...mais duradouro e ambientalmente correcto. Cada banco corresponde a dez mil sacos que não vão para o aterro. -----

Parceria com a VALORMED, para a divulgação da recolha de medicamentos usados e fora de validade. -----

Não deixo de referir o esforço da Câmara na aquisição de novos ecopontos, porque a média Nacional é de um ecoponto por cada quinhentos habitantes e, em Almeirim é de praticamente um por cada trezentos e cinquenta habitantes. -----

Para terminar não posso deixar passar esta oportunidade de vos dizer que é com muito agrado que vejo numa fase adiantada a implantação da estação de tratamento de águas residuais na freguesia de Raposa. É a obra mais aguardada na freguesia. ---

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Quería pedir ao Senhor Presidente da Junta da Raposa, se me podia facultar esse ambicioso projecto, para consultar na sala de apoio da Assembleia? Estou a falar do projecto que emprega cerca de cem trabalhadores, do maior projecto da Europa. Tenho muitas dúvidas que se vá construir um empreendimento, o maior da Europa! Relativamente ao documento que está em discussão, que é o Plano e Orçamento, queria começar por referir que é uma pena que todos os anos o Plano e Orçamento sejam aprovados nos últimos dias do ano, num período em que a disponibilidade é menor. Bem poderiam os profissionais do Executivo planear e organizar as coisas desde Janeiro, para que estes documentos fossem aprovados até vinte de Dezembro, como fazem a maior parte do Municípios de que temos informação. -----

Diz-se a determinada altura, “como referimos nesta assembleia quando o documento foi discutido” que os fundos comunitários não definidos não possuem uma estratégia consolidada por parte do Governo Central que manifesta a todo o momento de querer seguir numa gestão centralizada dos mesmos. As negociações para as contratualizações deparam com dificuldades e vão ficar aquém das aspirações dos



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Municípios. É pena que apenas agora se levantem opiniões contra isto e que a nossa intervenção não tenha tido repercussão aqui noutras Assembleias. Agora é provável que seja tarde para inverter esta situação em que o Governo procura dar uma imagem de descentralização mas aperta o garrote sobre os Municípios. Relativamente ao documento deste ano a apreciação global pode-se sintetizar em duas ou três linhas. --- Até nove de Dezembro, as despesas de investimento, que são aquelas que geram obras e outras acções com reflexo directo positivo no Concelho e na vida dos cidadãos, totalizaram cerca de dois milhões e seiscentos mil euros, ou seja, cerca de quarenta por cento relativamente ao que estava projectado. No próximo ano diz este documento que o investimento vai ser cerca de seiscentos e sessenta mil euros por mês. Este valor representa quase três vezes mais do que o realizado este ano. Se acrescentarmos a este facto que haverá um conjunto de obras que passarão a ser executadas pela empresa “Águas do Ribatejo” e não directamente pelo orçamento da Câmara, facilmente concluímos da falsidade extrema que representa este documento. Globalmente cerca de oitenta por cento do texto e acções definidos no Plano e orçamento para o ano de dois mil e nove é semelhante ao ano anterior. Globalmente as semelhanças com o ano de dois mil e seis, o primeiro deste mandato apresentam semelhanças em mais de metade. Por um lado, significa falta de ideias novas para aumentar o desenvolvimento municipal, por outro lado significa que a maioria das obras e acções agendadas não são realizadas com prejuízos directos na vida do Concelho e dos cidadãos. Pegando em duas ou três situações, podemos dizer que se prevê gastar cerca de oitenta mil euros no aluguer de contentores, onde parte dos alunos deste Concelho aprendem as primeiras letras, que os juros da dívida do município à banca vai custar cerca de cento e trinta e cinco mil euros, que a requalificação da Praça Lourenço de Carvalho continua projectada como desde há meia dúzia de anos. Não sabemos se esta requalificação inclui ou não a construção de parque subterrâneo. Que se prevê gastar dinheiro em alterações do Cine Teatro, que é a obra que foi inaugurada há apenas três anos. Quando se gasta dinheiro duas vezes nas mesmas obras é natural que faça falta para outras iniciativas. O Plano e Orçamento continuam a falar nas obras do mandato. Aquelas obras, solenemente anunciadas durante um passeio de bicicleta ao longo da Vala pelo Senhor Presidente e comitiva. Refiro-me à ligação do Tejo à vala e construção dos açudes da Vala e do Pego da Rainha. São obras que infelizmente têm servido apenas para decorar o orçamento e plano e não para fazer efectivamente. Parece que em substituição vamos ter uma prisão. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Foi publicado recentemente um estudo que classifica os Concelhos em função do Indicador de Desenvolvimento Municipal. Almeirim é o décimo sexto lugar em termos do Distrito de Santarém, ou seja dos vinte e um Concelhos, há quinze melhores. A nível Nacional Almeirim está a meio da tabela. Almeirim é uma terra muito bem servida em termos de acesso rodoviário, localizada geograficamente próximo do centro do país, com bons desempenhos no sector agrícola e serviços atractivos, principalmente na restauração. Esta má classificação no índice indicado, significa que muitas das oportunidades foram perdidas. Quem gere os destinos públicos tem a sua quota de responsabilidade. -----

Este plano e orçamento poderia e deveria contribuir para uma inversão das coisas. ----
Na nossa opinião não inverte esta tendência. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE ALMEIRIM »» Quero apenas falar das grandes obras que vão ser realizadas na minha freguesia, as que para mim serão as mais importantes em termos de necessidade. Com os condicionalismos económicos que se vive neste momento, é extremamente agradável, no meu entender, este Plano e Orçamento. No que diz respeito à Freguesia de Almeirim, a construção do Centro Escolar, a proposta de requalificação da Praça Lourenço de Carvalho, que todos ansiamos pela sua requalificação por se encontrar no Centro da Cidade. Será benéfico para o comércio existente e também outros serviços. As Estações Elevatórias ao fazerem parte do Plano, são uma das grandes obras que esta freguesia necessita. A habitação social, para mim, penso que será a maior obra. Não foi esquecida e, constitui para nós grande satisfação, esperamos concretizar esse sonho...que é dar às famílias sem grandes recursos, um espaço digno para viverem. O que o senhor Presidente da Câmara escreve, já não é novidade para nós, o apoio às Juntas, tem sido incedível. Por todo isto tenho a certeza que Almeirim e todos nós no próximo ano ficaremos melhor. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» O Grupo do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Almeirim considera que os instrumentos provisionais devem proporcionar aos munícipes informação sobre os objectivos estratégicos, medidas e acções que a Câmara Municipal de Almeirim pretende implementar durante o ano de 2009, e que deverão ir ao encontro dos compromissos políticos assumidos perante população.

Após quatro anos de mandato, verifica-se que o Partido Socialista de Almeirim pouco ou nada contribuiu para um desenvolvimento estrutural e social do concelho de Almeirim, na medida em que as propostas do executivo quase apenas se reconduzem à gestão corrente. Algumas delas transitam de ano para ano (até de mandato), sem



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

que a maioria socialista consiga concretizar as medidas. Veja-se, por exemplo, o parque de habitação social, a ligação do Vala de Alpiarça ao Rio Tejo, Plano de Pormenor para a freguesia das Fazendas de Almeirim, as ETAR'S do Concelho de Almeirim, a conservação da Vala de Alpiarça. -----

A poluição da Vala de Alpiarça mantém-se. Apesar da Câmara orçamentar verbas para a limpeza da mesma, não tem tido a capacidade de combater eficazmente a poluição, em prol da defesa do meio ambiente e saúde pública, como provam as descargas de efluentes observadas, registadas e denunciadas pelo vereador do PSD.

Fica, também adiado, por mais um ano, a construção do novo Tribunal da Comarca de Almeirim, dado que não consta em PIDDAC nenhuma verba para essa obra. É com particular preocupação que o PSD de Almeirim constata que o Partido Socialista, desde que está à frente dos destinos de Portugal, não investe no Concelho de Almeirim. Pelo quarto ano consecutivo, não serão efectuados quaisquer investimentos, por parte da Administração Central, no concelho de Almeirim. -----

No quadro do relacionamento entre o Município e as Juntas de Freguesia, verifica-se que a Câmara Municipal deveria reforçar, mediante protocolos, as competências destas autarquias, dada a sua proximidade junto das populações. Veja-se a situação da Junta de Freguesia de Almeirim, que não passa de uma extensão da Secretaria da Câmara Municipal. Ao invés de uma aproximação, a Câmara Municipal distancia-se das Juntas de Freguesia, mantendo as transferências correntes para as freguesias na ordem dos duzentos e dezasseis mil euros, não efectuando qualquer correcção monetária o que, para o PSD de Almeirim pode colocar em causa o cumprimento, por parte das Juntas de Freguesias, das competências delegadas pela Câmara Municipal. De igual forma as transferências de capital para apoiar investimentos das freguesias mantêm um montante muito baixo de apenas trinta e cinco mil euros, obrigando estas a “mendigar” apoios à Câmara. -----

Na área da educação e cultura fica por planear a construção da Biblioteca Municipal nas Fazendas de Almeirim, freguesia com a mesma população do concelho de Alpiarça, pelo que o PSD de Almeirim lamenta esta falta de visão estratégica do Partido Socialista local. -----

Ainda neste capítulo, critica-se o facto de as obras de construção dos centros escolares de Almeirim e Fazendas de Almeirim não terem avançado durante os anos de dois mil e sete e dois mil e oito, na medida em que já se previa a necessidade de construção destas infra-estruturas muito antes de se conhecer o QREN, pelo que se poderia ter minimizado a situação das crianças terem aulas dentro de contentores. A



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

instalação dos mesmos, em várias escolas do primeiro ciclo do ensino básico, revela a falta de planeamento e má gestão das infra-estruturas educativas por parte da Câmara Municipal. A extinção da escola do primeiro ciclo do ensino básico de Marianos é sinónimo de que o Partido Socialista não se soube afirmar na defesa dos interesses das populações rurais, onde a escola desempenha um papel educativo e social que assume uma particular importância para os munícipes. -----

Verifica-se a ausência de medidas concretas de combate ao analfabetismo para a mais idosa, que representa mais de dez por cento da população do Concelho. Considera-se que o Programa Novas Oportunidades deixa de fora a população que já não se encontra no activo, mas que merece uma especial atenção. Parcerias com as associações do concelho poderão ser uma medida de combate desta situação. -----

Na área da Saúde, e dado que existem indicadores demográficos que indicam quais as principais doenças que afectam a população de Almeirim, a Câmara Municipal deveria ter campanhas de promoção de cuidados de saúde preventiva. O combate à toxicod dependência e ao HIV deixou de ser uma prioridade para a Câmara Municipal de Almeirim, dada inexistência de medidas próprias nesta área, a qual deveria merecer uma especial atenção. -----

Na área da reforma administrativa, o PSD de Almeirim considera que a Câmara Municipal de Almeirim deveria avançar, já durante o ano de dois mil e nove, com o lançamento do concurso para a digitalização e gestão documental, pelo menos de algumas áreas como “projectos pilotos”. -----

Em relação à situação do pessoal que poderá transitar para a sociedade “AR – Águas do Ribatejo, EIM”, consideramos que deverão ser salvaguardados os direitos e garantias sociais dos trabalhadores. -----

No que diz respeito à Protecção Civil, e com a entrada em vigor da Lei número sessenta e cinco barra dois mil e sete, de doze de Novembro, que define o enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, o PSD de Almeirim alerta para o facto de ser necessário criar o Plano Municipal de Emergência o que, tendo em conta o Plano apresentado para dois mil e nove, não irá acontecer. -----

Da análise dos números, concluímos que o aumento relativamente ao orçamento de dois mil e oito se faz, na parte da receita, à custa do aumento dos Impostos Indirectos, nomeadamente dos Mercados e Feiras e Loteamentos e Obras, respectivamente cinquenta e três por cento e quarenta e dois por cento de aumento e, da incorporação das receitas da extinta ALDESC. O PSD de Almeirim não acredita que, na actual



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

conjuntura económica vivida em Portugal, se consiga aumentar as receitas neste tipo de impostos como a Câmara prevê, muito menos podemos aceitar que estejam previstos aumentos de cinquenta por cento nos mercados e feiras que só poderão ser feitos à custa de aumento do imposto e não do número de feirantes. O aumento de receitas pela incorporação das receitas da ALDESC são apenas uma situação normal decorrente da incorporação da sociedade. -----

Que justificação é dada para a redução da receita das Rendas (rubrica zero sete ponto zero três - Abrange as receitas provenientes do arrendamento de casas ou outros edifícios para fins habitacionais ou outros) em cerca de quarenta e oito por cento, para noventa e três mil euros? -----

- Dado que as Outras Receitas Correntes (rubrica zero oito ponto zero um) compreendem receitas cobradas não tipificadas em artigo próprio (tais como, Indemnizações por Deterioração, Roubo, Extravio de Bens Patrimoniais, Indemnização por Estragos causados em Viaturas e Outros Equipamentos, bem como Recuperações de IVA), o que justifica um aumento de cento e setenta e oito mil euros (setenta e sete por cento) para quatrocentos e nove mil euros? -----

Na componente da despesa, verificamos uma redução nas Despesas com Pessoal mas no entanto verificamos um aumento do trabalho precário, com o pessoal contratado a termo a aumentar em cento e vinte oito mil euros relativamente ao orçamento de dois mil e oito e duzentos e sessenta mil euros relativamente às contas de dois mil e sete. -----

A formação continua a ser ignorada pelo executivo que consagra uma verba de apenas mil euros para quase trezentos funcionários! -----

Porque razão diminuem as despesas com Segurança Social (rubrica zero um ponto zero três) em sete por cento quando diminuem as despesas com salários (rubrica zero um ponto zero um) em um por cento? -----

As Remunerações Certas e Permanentes (rubrica zero um ponto zero um) já incluem a transferência de pessoal dos quadros da CMA para a AR – Águas do Ribatejo, EIM? Quantos funcionários foram / se prevêem vir a ser transferidos e qual a massa salarial global? -----

As Remunerações Certas e Permanentes (rubrica zero um ponto zero um) já incluem a entrada dos funcionários da ALDESC? Qual a massa salarial global? -----

Qual a razão para as receitas da Venda de Produtos Acabados e Intermédios (água) diminuírem noventa por cento (rubrica zero sete ponto zero um ponto onze das receitas) e as despesas com a Aquisição de Matérias-Primas e Subsidiárias



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

diminuírem apenas quarenta e cinco por cento (rubrica zero dois ponto zero um ponto zero um)? -----

A que se deve a diminuição em dezassete por cento, para trezentos e sessenta e dois mil euros, de Conservação de bens (rubrica zero dois ponto zero dois ponto zero três)? -----

A que se devem os grandes aumentos de oitenta e seis mil euros de Estudos, pareceres, projectos e consultadoria (rubrica zero dois ponto zero dois ponto catorze) para cento e cinquenta e seis mil euros e, de trinta e mil euros de Publicidade (rubrica zero dois ponto zero dois ponto dezassete) para noventa e um mil euros, se compararmos o orçamento de dois mil e nove com as contas de dois mil e sete? -----

Verificamos que está previsto o corte de dez por cento na atribuição de subsídios às Instituições Sem Fins Lucrativos, sendo que é nesta rubrica que se incluem os apoios para instituições sociais, desportivas e recreativas. Que critério foi utilizado para justificar esta redução? Será que o Executivo da Câmara Municipal de Almeirim sabe que instituições vão ser atingidas com este corte? Será apenas uma? Serão todas? A redução destes valores é igual para todas? Apesar de estarem destinadas menos verbas, quem nos garante que as instituições abrangidas são as que mais necessitam e as que mais merecem? O PSD continua a defender a existência de um regulamento para a atribuição de subsídios. Se este já existisse, as verbas seriam distribuídas de uma forma equitativa e não se teria de proceder, nem a cortes, nem a aumentos radicais. -----

Onde estão incluídas as verbas referentes aos protocolos com as adegas cooperativas? -----

No que concerne às muito importantes despesas de investimento, aquelas que trazem aumento do nível de vida para as populações e equipamentos sociais necessários, temos mais uma vez as mesmas verbas para os mesmos projectos que se vão repetindo. Mas mesmo se compararmos com o orçamento de dois mil e oito vimos uma diminuição de novecentos e noventa e dois mil euros, relacionados principalmente com investimentos em terrenos e construção de habitações. A grande questão é se mais uma vez não teremos aqui mais uma ficção digna de Hollywood, como em todos os outros orçamentos com a realização das despesas de investimento a ficarem a menos de metade do que foi inicialmente previsto. Veja-se que a aquisição de bens de capital prevista no orçamento de dois mil e nove é de sete virgula quatro milhões de euros, sendo no orçamento de dois mil e oito de oito virgula quatro milhões de euros mas vemos pela informação escrita que esta verba prevista já foi alterada a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

nível orçamental para seis virgula três milhões de euros e apenas foram executados até nove de Dezembro de dois mil e oito, dois milhões de euros, apenas trinta e dois por cento do previsto, mesmo após a revisão orçamental! Veja-se também o exemplo do orçamento de dois mil e sete que previa seis virgula oito milhões de euros de despesas mas apenas foram gastos três virgula três milhões de euros, ou seja, menos de cinquenta e um por cento do previsto. Assim tem sido a gestão estratégica de Sousa Gomes: “muita parra e pouca uva”. Veja-se o exemplo da habitação social prevista desde o início do mandato e cuja verba foi agora reduzida. Ou os centros escolares para os quais o PSD pediu há muito tempo que fossem considerados como investimentos prementes mas que a Câmara deixou sempre para último, não se preocupando com os seus Municípios mais jovens com muitos a terem aulas em contentores há alguns anos. Mas não se coíbe o executivo de propagandear as suas boas intenções como o caso do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim que apenas tem uma verba de dez mil euros previstos no documento que ora nos é apresentado a votação. -----

Se deixarmos por mais alguns anos que este tipo de gestão continue o filme de ficção de Hollywood, que é o orçamento Sousa Gomes, tornar-se-á o filme de terror de todos os Almeirinsenses, que se vêm a braços com carências a nível de saúde e cuidados médicos, emprego, estradas e acessibilidades, escolas, saneamento, apoio social e desenvolvimento e não vemos neste orçamento as respostas que o Concelho de Almeirim necessita! -----

Face ao que atrás ficou descrito e à falta de resposta suficiente às questões colocadas, o Grupo do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Almeirim vota contra as propostas de Orçamento e Plano da Câmara Municipal de Almeirim para o ano de dois mil e nove. -----

Assembleia Municipal de Almeirim, trinta de Dezembro de dois mil e oito. O Grupo do PPD/PSD. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

DOMINGOS MARTINS (Grupo do PS) »» Analisado os Plano e Orçamento para o ano de dois mil e nove em todas as áreas, não poderei deixar de fazer referência a uma que me deixa particularmente mais agradado, pois trata-se de dar início a um conjunto de obras que embora não sendo visível aos olhos de quem passa pelas diversas vias de circulação e que por isso normalmente não se façam grandes referencias, vai ao encontro dos anseios das populações de Paço dos Negros e Foros de Benfica, pois



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

embora se trate de áreas um tanto ou quanto dispersas em termos habitacionais, tem vindo a ocupar espaços que já não podem funcionar apenas com as normais fossas sépticas, obrigando assim à colocação de saneamento básico necessário ao apoio a estes aglomerados urbanos, cujo crescimento não podemos ignorar. -----

Se olharmos com atenção para as verbas estimadas de um milhão trezentos e noventa e um mil setecentos e sessenta e sete euros e quarenta e oito cêntimos para a construção da rede de saneamento em Foros de Benfica e de um milhão duzentos e quarenta e um mil euros para a de Paço dos Negros e para as populações servidas, compreende-se facilmente a razão destas importantes obras não terem sido já executadas como tem sido preocupação da autarquia ao longo dos tempos. -----

Não podemos também deixar de referenciar que se trata de obras que pelas suas características e valores envolvidos, só é possível tornarem-se realidades, com a constituição das Águas do Ribatejo, projecto que tanto tem dado que falar, com aproveitamentos e pressões de diversas áreas que por vezes rondaram o ridículo e até o abandono dos Municípios de Santarém e Cartaxo que segundo consta, tardiamente mostraram o seu arrependimento. -----

Quero ainda referenciar a substituição da rede de águas de Paço dos Negros, que embora seja uma rede com um tempo útil entre vinte e trinta anos, período que se considera normal para o tipo de tubagens então utilizadas, se considerarmos que por exemplo em Almeirim esse mesmo material chegou a períodos superiores a cinquenta anos, mas que por várias razões, infelizmente tem dado um conjunto de problemas com incómodos para as populações, bastante difíceis de ultrapassar, mas com estas obras serão definitivamente resolvidos. -----

Observo também com agrado as Estações Elevatórias de São Roque e Largo General Guerra em Almeirim, cujo funcionamento em contacto com esgotos domésticos origina uma vida útil bastante baixa, considerando ser a aposta certa no tempo certo. -----

Pelas referências a esta área e a verificação das restantes, considero ser bons planos e orçamento, pelo que votarei a favor e darei todo o meu apoio. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE BENFICA DO RIBATEJO »» Não podia deixar de tecer algumas considerações. A Dr. Bernardina, falou da cultura ser um bem de segunda e terceira necessidade. Lembro-me que em mil novecentos e setenta e cinco, na Casa do campino, assisti a uma reunião, na altura muito participada. Antes do final, na mesa do plenário, houve o senhor que defendeu, um assunto, que na altura seria impensável. Todos falavam que não havia esgotos, electricidade, alcatrão nas estradas ou água. Antes de concluir, este orador disse: “bem podem alcatroar as



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

estradas, fazer esgotos, redes de águas, se também não promoverem a cultura, dentro de alguns anos estamos precisamente na mesma. Fiquei estupefacto a olhar para o orador dessa noite. Vinte anos depois fiquei a perceber que o tal orador tinha razão. Hoje, intervenção da Dr. Bernardina baralho-me. Será o orador tinha razão? Eu creio que sim. -----

MARIA JOSÉ SERÓDIO (Grupo do PS) »» Sempre que estamos perante um documento deste género, temos tendência a guiar a nossa leitura em primeiro lugar para os capítulos que nos despertam mais interesse. Tendo em conta a minha formação profissional, a minha atenção focalizou-se especialmente na secção que se refere à Educação. Da leitura deste capítulo, sobressaem dias linhas de intervenção: o investimento em infra-estruturas e materiais pedagógicos e uma mudança de pensamento no que respeita a processos de ensino/aprendizagem. No que se refere a investimentos, salienta-se a construção de dos Centros Escolares (um em Almeirim e outro em Fazendas de Almeirim). Essas construções irão propiciar espaços mais agradáveis e motivadores para a tarefa de EDUCAR. Já, neste momento, estão instalados em todas as salas do quarto ano do primeiro ciclo quadros interactivos, instrumento imprescindível relativamente à introdução das novas tecnologias em sala de aula. Aos poucos e poucos serão apetrechadas as outras salas. Até final do ano de dois mil e nove, existirá em todas as escolas um “hotspot”, isto é, um acesso gratuito à internet. Outro investimento previsto (destinado não especificamente à Educação mas que irá beneficiar os alunos) é a aquisição de um novo autocarro camarário. -----

No que respeita a processo de ensino/aprendizagem, é patente a preocupação em operar uma mudança nas práticas lectivas. É um exemplo para o país a parceria tecnológica entre o município de Almeirim e a Microsoft, respeitante à implementação de um projecto de desenvolvimento da Porto Editora. A Autarquia vai disponibilizar a todos os alunos do primeiro ciclo, a escola virtual, uma ferramenta educativa. O nosso Concelho é o segundo no País com materiais didácticos/pedagógicos diversificados tais como: fichas com conteúdos programáticos e de opção de estudo e exercícios lúdicos. -----

* **Votação do requerimento para prolongamento da sessão por mais sessenta minutos:** DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

ANTÓNIO MIGUEL (Grupo do PPD/PSD) »» Ouvei atentamente as razões da Dr. Maria José. Falou da internet e outras tecnologias disponibilizadas nas escolas do primeiro ciclo. Pergunto, será que amanhã estas gerações vão saber escrever? Não oiço os



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

professores a dizer; vamos ensinar a escrever. Actualmente os alunos só vão à internet, sem se preocuparem em aprender a escrever. -----

VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» É meu entendimento, que apesar dos tempos não serem favoráveis, verifica-se que o executivo continua a apoiar o desenvolvimento económico, no sentido de não deixar morrer actividades ligadas à produção e venda dos nossos produtos mais significativos. Apesar dos maus tempos, é apresentado um orçamento que ultrapassa o do ano anterior, visto que apresenta um total geral de dezoito milhões e duzentos e cinquenta mil euros. Isto apesar dos grandes investimentos na área do ambiente, no valor de três milhões e quatrocentos mil euros, terem passado para a mal amada por alguns, empresa “Águas do Ribatejo”. Olhando para o Plano e Orçamento, existe uma clara aposta deste Executivo, na educação, desde logo com o início da construção dos Centros Escolares de Almeirim e Fazendas, a criação, para a instalação da internet livre em todas as escolas, para que as crianças possam utilizar este serviço gratuito. De realçar também o investimento na área da educação, de dois milhões cento e trinta e nove mil euros, para quatro milhões e trezentos e cinquenta e um mil euros. Encontra-se também previsto a aquisição de uma viatura, um autocarro que muito ajudará ao nível da educação. Ao nível do meio ambiente, é importante realçar a construção das Estações elevatórias de São Roque, Largo General Guerra e Zona Norte, saneamento em Paço dos Negros, Saneamento em Foros de Benfica, tudo investimentos da empresa “Águas do Ribatejo”, um investimento avultado de três milhões trezentos e setenta e três mil euros, desta empresa. -----

Ao nível da protecção do meio ambiente, realçar a substituição da rede de águas de Paço dos Negros. Da mesma forma, da existência do concurso de estudo para a estação de tratamento da Raposa. -----

Devo ainda realçar no âmbito do projecto “lezíria em rede” a instalação da rede de fibra óptica, a ampliação das redes de saneamento e alcatoamento dos arruamentos da Freguesia de Fazendas, já fora da zona urbana. A requalificação urbana, que tem sido um dos objectivos deste executivo. -----

A criação de um centro de investigação na área do agro indústria, incubadora de empresas, cuja nossa intenção é fazer o aproveitamento e sensibilização para a requalificação do edifício IVV. -----

A acção social desenvolvida pelo Município é de particular interesse e relevante para o Município, porque como já aqui foi dito hoje, há muita pobreza escondida e envergonhada, muita falta de condições de habitabilidade, que muitos deles se não



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

são os serviços da acção social a irem ao seu encontro, por vergonha, não vêm à Câmara. -----

Finalmente, critica-se que ao longo de quatro anos há diversos projectos que são apresentados, são repetidos, e que deles não se vê execução. É importante realçar o seguinte: em todos estes projectos está subjacente a disponibilização de fundos comunitários e, não acredito que se este executivo tivesse esses fundos comunitários, todos estes projectos e estas intenções do executivo, já não tivessem sido feitas. -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» Uma vez que se esgotaram os dois períodos de vinte minutos, para a discussão deste ponto, a mesa considera que os instrumentos de gestão previsional são de tal forma importantes que não gostaríamos que nada ficasse por dizer. Assim, submeto à consideração e aceitação mais um período de dez minutos, para que se possa fazer as ultimas considerações. -----

----- (Interpelação) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» o que está previsto são duas intervenções de vinte minutos cada, em que é suposto cada grupo utilizar cinco minutos. Claramente o Partido Socialista superou os vinte minutos nas suas intervenções. Peço que não prejudique os partidos da oposição, reduzindo-lhes o seu tempo de intervenção. -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» Não era essa a intenção da Mesa da Assembleia. -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Sobre esta segunda ronda de negociações, quero questionar o senhor Presidente da Câmara, sobre este orçamento. Porquê, oitenta e seis mil euros de aumento em estudos, pareceres, projectos e consultoria, para cento e cinquenta e seis mil euros e trinta mil euros mais para publicidade para noventa e um mil euros. Se compararmos o orçamento de dois mil e nove com o de dois mil e sete. Será que é mesmo o ano de eleições? Verificamos que está previsto cortar em dez por cento a atribuição de subsídios a instituições sem fins lucrativos. Nesta rubrica como sabe, estão apoios para instituições sociais, desportivas, recreativas e culturais. Qual foi o critério para justificar esta redução? O Executivo sabe que instituições vão ser atingidas com este corte? Uma? Todas? A redução é proporcional para todos? Apesar de estarem destinadas menos verbas, quem nos garante que as instituições abrangidas são as que mais necessitam e as que mais merecem. -----

Continuamos a defender a existência de um regulamento para atribuição dos subsídios, pois achamos que as verbas devem ser distribuídas de uma forma



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

equitativa, não se procedendo a cortes e aumentos radicais. As despesas de investimento são aquelas que trazem o aumento da qualidade de vida das populações. São as que trazem equipamentos às populações, do género, sociais. Temos mais uma vez as mesmas verbas, para os mesmos projectos que se vão repetindo de uma maneira geral. Se compararmos o orçamento de dois mil e sete com a primeira rectificação, vimos uma diminuição de novecentos e noventa e dois mil euros, relacionados, principalmente com os investimentos em terrenos e construção de habitações, que tem a ver com habitação social, que tem agora menos verba. -----

A grande questão, é se mais uma vez não temos aqui mais uma ficção digna de Hollywood, como em todos os outros orçamentos, com a realização das despesas de investimento a ficarem em menos de metade do que foi inicialmente previsto, Veja-se a aquisição de bens de capital, previstos no orçamento de dois mil e nove, que é de sete vírgula quatro milhões de euros. No orçamento de dois mil e oito era de oito vírgula quatro milhões de euros. Pela informação escrita a verba já tinha sido alterada por ajustamento orçamental para seis vírgula três milhões de euros e, mesmo fazendo esta redução, no dia nove de Dezembro apenas dois milhões de euros, trinta e dois por cento do previsto estavam executados. Veja-se também o exemplo do orçamento de dois mil e sete, que previa seis vírgula oito milhões de euros de despesa de investimento, mas apenas foram gastos três vírgula três milhões de euros, ou seja, menos cinquenta e um por cento do previsto. Assim, tem sido esta gestão estratégica de José Sousa Gomes. “Muita parra e pouca uva”, como se diz em Almeirim. Veja-se o exemplo da habitação social prevista desde o início do mandato, cuja verba foi agora reduzida, ou os Centros Escolares, para os quais o PSD pediu que fossem considerados como investimento premente, mas que a Câmara deixou para último, não se preocupando com os seus munícipes mais jovens, com muitos a terem aulas em contentores. O executivo não se coíbe de propagandear as suas acções. O caso do Centro Escolar de Fazendas de Almeirim, que tem neste orçamento uma verba destinada de dez mil euros, é uma mostra disso mesmo. Se deixarmos para mais alguns anos que este tipo de gestão continue, o fim da ficção de Hollywood, que é o orçamento Sousa Gomes, vai-se tornar um verdadeiro filme de terror de todos os Almeirinsenses. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DA RAPOSA »» Não vou falar de números, porque não estou muito informado acerca deles. O que eu quero dizer é que o Dr. João Lopes consegue dizer estas coisas duas e três vezes na mesma sessão. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

Sobre o pedido do engenheiro José Alfaiate poder consultar o projecto para o Convento da Serra, penso que não vai ser possível, porque esse projecto já foi considerado no ponto da Ordem de Trabalhos da Assembleia de Freguesia da Raposa, foi discutido durante hora e meia, depois de ser visto, discutido e analisado, esteve ainda quinze dias em exposição no átrio da sede da Junta de Freguesia da Raposa. Como se trata de um projecto de um particular, não sei até que ponto é que vou conseguir um projecto para o senhor engenheiro consultar. No entanto tudo farei para o conseguir. -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Julgo que estou no Concelho de Almeirim, Ribatejo, Portugal. Olhando à minha volta fico com a sensação que estou na Coreia do Norte, em que temos ali o grande líder Kim Il Jong, que está acima da Lei, para ele a Lei é tábua rasa e, é o cidadão número um do concelho, o exemplo para os cidadãos deste Concelho. Depois temos o grupo de adoradores do grande líder, que elogia a obra do grande líder, e finalmente a raia miúda, que quando usa dizer qualquer coisa ao grande líder, caiem-lhe em cima com ameaças. Isto soa-me a fascismo. Para democracia e sistema democrático estamos bem encaminhados. -----

Tudo a propósito de quê? -----
Gostaria de perguntar ao grande líder o seguinte: no orçamento de dois mil e oito, teve até nove do doze uma percentagem de execução na sua globalidade de sessenta e quatro por cento, sendo que é nas despesas de capital que a execução é mais fraca, trinta e sete vírgula quatro por cento. Pressuponho que seria pelo facto de o dinheiro da Administração Central ou algum fundo comunitário, não terá vindo. Mas como o ano de dois mil e nove se prevê pior do que dois mil e oito, o orçamento na sua globalidade foi reduzido; As despesas de capital em termos orçamentados aumentaram ligeiramente. Vamos imaginar que elas ficam em grau de execução semelhante à do ano anterior, na onda dos trinta e sete vírgula quatro por cento. Estamos em redor de oito milhões de euros, que estão assim distribuídos: Para creches, dois milhões e duzentos e cinquenta mil euros, para instalações desportivas, quatrocentos e setenta mil euros, em construções diversas, viadutos, arruamentos e obras complementares, dois milhões e quinhentos mil euros. Para infra-estruturas, distribuição de electricidade, duzentos mil euros. Infra-estruturas para tratamento de resíduos sólidos, cem mil euros. Equipamento básico, outros, duzentos e oitenta mil euros. Esta soma perfaz cinco milhões e oitocentos mil euros. Em termos políticos, e é isso que me interessa saber, e se as despesas de capital ao levarem idêntico corte o



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

que é que será sacrificado pelo Senhor Presidente da Câmara, nestas obras que estão aqui previstas. É isto que me interessa saber. -----

PRESIDENTE DA CAMARA »» Quero dizer que não tenho muito a acrescentar, mas começo por dizer que o Senhor Omnipotente, pertence a um Partido que até dá uma tolerância para a oposição dizer as “baboseiras” que quer, em plena Assembleia, de outra maneira não era possível. Mais democrático que isto não pode haver, confesso que não foi o Rei que deu indicação, porque senão não tinha dado. Os advogados conhecem muito bem este termo, que se usa nos tribunais e que diz assim, “Aos costumes disse nada”. A oposição também aos costumes disse nada. Falaram de trocos, mas não viram o essencial do Plano e Orçamento que aqui está. Felizmente que a maioria refere alguns aspectos. É evidente que no dizer da oposição, que temos um orçamento próprio, que espartilha, que dá vontade de rir. Cheguei à conclusão que vou aflito desta Assembleia, com aquilo que a oposição disse, o Partido Socialista não vai ganhar as próximas eleições. Quero dizer ao Senhor Engenheiro José Alfaiate, que não posso recordar que o orçamento seja aprovado no dia vinte de Dezembro, será outro executivo que vai estar aqui, logo não tenho o poder de influenciar que o orçamento seja feito até essa data, e que não seja falso. -----

Os números que estão postos no orçamento são da responsabilidade de técnicos da câmara, que eu respeito muito e tenho toda a confiança e daqui reitero a confiança e o meu respeito por eles. -----

Quero dizer ao Senhor Dr. João Lopes, que a visão estratégica, a sua, e nos papéis que se vê, a minha é no terreno e, é isso que vamos provar. Das receitas transferidas para as freguesias, a Câmara de Almeirim, é a que transferiu mais, porque as freguesias têm receitas transferidas do Orçamento de Estado, embora não seja nossa obrigação. Aquilo que transferimos, é para ajudar que as juntas de freguesia consigam fazer mais do que aquilo que o Orçamento de estado permite. -----

O Plano Municipal de Emergência, está aprovado e em execução. Também lhe quero dizer que a formação dos funcionários tem tão pouco orçamento, porque é ministrada pela CIMLT gratuitamente. É cada uma das câmaras que indica que formação é que pretende receber. -----

Vou sair desta Assembleia, mais inchado, do que entrei, com o epíteto da Senhora Dr^a Maria Bernardina, porque tenho poder que não sabia que tinha. Já agora gostava de lhe dizer uma coisa. Foi aqui afirmado que as populações se fixam em Almeirim pelas condições da qualidade de vida que Almeirim, lhes possa proporcionar. Vou contar uma história: Há dias, fui multado pela GNR de Almeirim, quando ao GNR estava a



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

pagar uma multa de cento e cinquenta euros, no momento da multa, o guarda disse-me assim, “parabéns pela sua cidade, porque eu moro ali na Quinta de S. Miguel”, o indivíduo que veio de fora, veio para multar o Presidente da Câmara. Veja bem a qualidade de vida que este Senhor trouxe para Almeirim. Estou satisfeito com a qualidade de vida que proporcionamos, embora no próximo ano lhes venhamos proporcionar ainda mais e melhor, e, provavelmente vou ter o prazer de a ver fixada na nossa cidade, gostava muito! -----

ARMINDO BENTO – Gostava de perguntar ao Senhor Presidente da Mesa, se há algum membro da Assembleia que se sinta impedido de votar nesta matéria, nos termos da lei? -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» Custa-me muito entender qual é o objectivo da sua pergunta. Naturalmente se houver alguém impedido de votar o orçamento, deve pedir para se ausentar, e não votar. Essa é a obrigação de quem se sentir impedido. Já agora deixe que lhe diga o seguinte, sabe que eu não percebo muito de leis, percebo até muito pouco, mas, quando paro num sinal STOP é porque ele lá está, mas não sei qual é o artigo do código que me obriga a parar. -----

----- * **Votação das Grandes Opções do Plano e o Orçamento para dois mil e nove.** -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA, **as Grandes Opções do Plano e o Orçamento para dois mil e nove**, com treze votos a favor do grupo do PS, dois votos contra do grupo do PS, um voto contra do grupo do CDS-PP, três votos contra do grupo do PPD/PSD e seis abstenções do grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----
----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

MARIA BERNARDINA – Voto contra e faço voto de vencido, por não ter sido respeitada a Lei na apresentação deste documento, nomeadamente no que respeita ao estatuto da oposição. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----
----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

ARMINDO BENTO (Grupo do PS) »» Votei contra e fiz voto de vencido pelos seguintes motivos: A nível técnico **O plano plurianual de investimentos** das autarquias locais, **tem um horizonte móvel de quatro anos**, inclui todos os projectos e acções a realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos pela autarquia local e explicita a respectiva previsão de despesa, o que nos foi aqui apresentado está muito longe de preencher os requisitos legais, pela ausência completa de preenchimento dos quatro anos, o que denota também uma clara incapacidade estratégia de perspectivar



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

o futuro do Concelho. Há uma clara violação do *ponto dois ponto três ponto um do Decreto-Lei número cinquenta e quatro – A barra noventa e nove, de vinte e dois de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei número cento e sessenta e dois barra noventa e nove, de catorze de Setembro, e pelos Decretos-Lei números trezentos e quinze barra dois mil, de dois de Dezembro e número oitenta e quatro – A barra dois mil e dois, de cinco de Abril.* -----

A previsão orçamental, quer das despesas, quer das receitas não corresponde à realidade da actividade da autarquia e enferma de diversas omissões, do meu ponto de vista, propositadamente, tentando deste “fugir” ao controlo legal da Assembleia Municipal. -----

Não se vislumbra nenhum projecto, medida ou proposta para aproveitamento do QREN (quadro de referência estratégico nacional) que constitui uma última oportunidade para se recuperar algum atraso em relação à média comunitária, nomeadamente projectos estratégicos de investimento municipal vocacionados para a captação de actividades produtivas geradoras de postos de trabalho qualificados. -----

A nível da política estratégica não há qualquer referência aos compromissos assumidos, embora nós saibamos que “*eles estão lá escondidos*” pelo presidente da câmara, decorrente do “*seu projecto de construção da prisão na Herdade dos Gagos*”, o que denota claramente “um pretender fugir às responsabilidades políticas” num projecto que se algum dia viesse a ser executado seria a “*destruição do Concelho de Almeirim*”, projecto que, por isso merece a nossa e da população total discordância.-----

Foram ignorados os compromissos assumidos com os eleitores neste mandato que agora termina, em todas as áreas de intervenção e de responsabilização municipal, que levou a que, nos diversos indicadores de Desenvolvimento Sustentável (*ambientais, económicos, educacionais, sociais, institucionais*) que avaliam o progresso do nosso concelho, tenhamos sido conduzidos dos lugares cimeiros, para a cauda, quando comparado todos os concelhos do Distrito de Santarém e a sua evolução nos últimos quatro anos. -----

Enferma de um ausência completa de uma visão estratégica para o concelho, no desconhecimento de um diagnóstico prospectivo onde fossem evidenciadas as principais debilidades e potencialidades internas ou externas a identificação dos pontos fortes e fracos e avaliação das principais oportunidades e ameaças de tendências internas ou da envolvente externa, como um instrumento essencial para a construção de cenários evolutivos e na definição e consolidação das vocações estratégicas para o desenvolvimento do concelho de Almeirim, no âmbito de políticas



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

de responsabilidade social, baseada em princípios de ética, cidadania e de boas práticas. -----

Não foi cumprido o Estatuto do Direito de Oposição (*número um do artigo terceiro, conjugado com o número um do artigo quarto da Lei vinte e quatro barra noventa e oito de vinte seis de Maio, conjugado com a alínea x) do número um do artigo sessenta e oito da Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro republicada em anexo à Lei cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro) – até hoje o presidente da câmara nunca cumpriu esta exigência legal (Artigos primeiro, segundo número um, quatro, e cinco números três e quatro, da Lei número vinte e quatro barra noventa e oito, de vinte seis de Maio Reunião Coordenação Jurídica DGAL, de vinte sete de Março de dois mil e um – ponto décimo)*

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOSÉ ALFAIATE (Grupo da CDU) »» Este Plano e Orçamento é a continuação dos documentos de anos anteriores, onde se continuam a agendar sem critérios, um conjunto de obras que acabam por não ser realizadas. Tem um conjunto de perspectivas perfeitamente irrealistas para o próximo ano, em que se continuam a cativar verbas para decorrer o orçamento e encher folhas. Há um conjunto de dinheiros gastos em obras que foram realizadas à pouco tempo, e que já há a necessidade de voltar a investir nessas obras, o que significa bem a gestão e empenhamento dos elementos do Executivo, que tinham a responsabilidade pelo acompanhamento dessas obras, Estas, são um conjunto de razões que nos levaram a tomar a decisão que tomámos. Promessa e mais promessa, este orçamento não merecia mais do que o voto que demos. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOAO TORRE (Grupo do PS) »» Tendo em conta que nesta proposta de PPI (Plano Plurianual de Investimentos) e orçamento estão contempladas boas intenções para dois mil e nove que passamos a enumerar: -----

Finalmente com a aprovação do PROT (Plano Regional de Ordenamento do Território) e com a definição dos novos critérios da REN (Reserva Ecológica Nacional) que se esperam para breve, esperamos que dois mil e nove seja o ano do PDM (Plano Director Municipal). -----

As novas tecnologias continuarão a merecer a nossa atenção no âmbito do “Projecto Lezíria em Rede”, queremos aliás alargá-lo instalando a rede de fibra óptica que temos estado a preparar para servir a Zona de Actividades Económicas, queremos ligar em



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

rede todas as instalações da Câmara, tornando assim mais fácil a comunicação entre os vários espaços físicos da Autarquia. -----

No âmbito da implementação das “Energias Alternativas” propusemos que a CULT lançasse concurso para obter economias de escala na cobertura dos edifícios públicos de todos os Municípios associados. -----

Queremos continuar com a implementação da Requalificação do Sistema de Recolha e Tratamento de Resíduos Sólidos, contribuindo-se assim para um desenvolvimento sustentável do Concelho em termos ambientais. -----

Vamos continuar com a ampliação das Redes de Saneamento e Alcatroamento de arruamentos na Freguesia das Fazendas, agora fora da Zona Urbana, incrementando-se assim a qualidade de vida das populações. -----

Vamos querer que os primeiros projectos a concretizar pelo QREN sejam da área da educação, nomeadamente a Construção de Centros Escolares; a educação como factor primordial de desenvolvimento. -----

Queremos massificar a utilização de computadores nas Escolas do primeiro ciclo, com acesso com acesso imprescindível às “auto-estradas da informação”. -----

A requalificação Urbana é sempre um objectivo em todo o Concelho, não só pelo impacto visual nas vias, mas também pela busca permanente de manter e melhorar a qualidade de vida das populações. -----

Temos intenção, conjuntamente com a NERSANT para a formação Profissional de activos, para criação de Centros de Investigação na área dos Agro Industriais e incubadora de Empresas que queremos aproveitar para sensibilizar a Requalificação do Edifício do IVV. -----

Apesar das condições para a promoção da Habitação Social terem piorado, tudo faremos para concretizar o plano de acção que temos vindo a propor; -----

Procuraremos conseguir que sejam aprovadas algumas acções de Regeneração Urbana e outras, no âmbito da Sociedade de Reabilitação Urbana. (SRU). -----

Esperamos que seja definido o itinerário definitivo do IC3/auto estrada, que nos permitira fazer nova ampliação da Zona de actividades Económicas, aproveitando-se novamente a excelente localização da rede viária do Concelho. -----

Prosseguiremos também com a nova extensão da Circular Urbana, projecto fundamental na estruturação viária da cidade. -----

Como se vê, apesar de tudo, as intenções em muito valorizarão o nosso Concelho. Um concelho de futuro e com futuro. -----

Por tudo isto o grupo do PS votou a favor. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» Volto a lembrar que todos os pontos são votados e aprovados por minuta. -----

PONTO TRÊS - APRECIACÃO E APROVAÇÃO DA PROPOSTA PARA A CONTRATAÇÃO DO EMPRÉSTIMO DE QUATROCENTOS E TRINTA E QUATRO MIL SETECENTOS E QUARENTA E CINCO EUROS E CINCO CÊNTIMOS AO BANIF, DE ACORDO COM A ALÍNEA D) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA»» Antes de apresentar este ponto, se me permitir, queria agradecer aos dois Técnicos da Câmara, que fizeram o favor de estar aqui, embora não lhes tenha sido feita nenhuma pergunta. Obrigado por terem estado presentes, e as minhas desculpas por terem vindo a esta hora. -----

No ponto três está a contracção de um empréstimo, que segundo a Lei do Orçamento de Estado, é permitido às Câmaras Municipais fazer empréstimos para complemento de financiamentos comunitários. Este empréstimo foi aprovado no Executivo, foram feitas consultas às Instituições Bancárias, foram analisadas as propostas, e segundo a análise das propostas, a mais vantajosa parece ser a do BANIF, daí o facto do Relatório de Análise aconselhar a adjudicação a este Banco. -----

Este empréstimo, para nós vai contar para a capacidade de endividamento, para outras Câmaras não vai, visto que o Governo concede situações excepcionais de acesso ao crédito àquelas Câmaras que esgotam a sua capacidade de endividamento. É uma maneira de fomentar a execução de obras financiadas pelos Fundos Comunitários. Infelizmente, nós ainda não esgotamos a capacidade de endividamento, portanto não estamos a beneficiar das condições excepcionais, ainda assim, socorremo-nos da filosofia, para pedir este empréstimo bancário, visto que estamos em fase de adjudicação do Centro Escolar de Almeirim. -----

JOAO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» Começo, talvez pela estranheza de alguns, mas vou ter de começar por ler algumas alíneas da Lei. A Lei cento e sessenta e nove de noventa e nove alterada e republicada pela Lei cinco A de dois mil e dois, diz no seu artigo cinquenta e três, alínea c) “Acompanhar e fiscalizar a actividade da Câmara municipal, dos serviços municipalizados, das fundações e das empresas municipais;” No artigo trinta e seis, diz que o conceito de endividamento Municipal, para efeitos de cálculo, do limite líquido e do limite de empréstimos contraídos, inclui: -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

- a) “ O endividamento líquido total da cada Município, inclui o endividamento líquido e os seus empréstimos, das associações de municípios proporcionais à participação do município no seu capital social”. -----
- b) “ O endividamento líquido dos empréstimos das entidades que integram o sector empresarial local, proporcional à participação do município no seu capital social, em caso de incumprimento das regras do equilíbrio de contas previsto no regime jurídico do sector empresarial local”. -----

Nesta caso, o Senhor Presidente nunca cumpriu a Lei, nunca nos deu, apesar de ser Presidente de todas as instituições, ECOLEZIRIA, RESIURB, ALDESC, ÁGUAS DO RIBATEJO, não nos entregou as contas. No entanto, para cálculo do endividamento segundo a Lei dois de dois mil e sete, que acabámos de ler se houver dívida alguma dessas entidades, as quais o Senhor não nos dá conhecimento, para além de ser Presidente de todas elas, basicamente elas deviam ser aqui incluídas. A questão é: Se existem dívidas nalgumas dessas entidades? Se alguma dessas entidades está aqui incluída.-----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» Embora não domine os aspectos técnicos que o meu colega de bancada acaba de expor, a minha questão é mais prosaica. Também sou contra a lei, a que propósito é que uma determinada administração municipal vai contrair um empréstimo para vinte anos, numa Câmara que tem uma situação, segundo o Senhor Presidente, boa, pagar juros é não recorrer aos Fundos que tem para financiar estas obras. Porque é que vão deixar para gerações seguintes e administrações seguintes este encargo. Vão dizer: também deixamos a obra, pela obra vão ser recordados. Quero registar que o processo vem bastante documentado, que dá para ver a disparidade de “Spreads”. Não se compreende que para um assunto desta importância os “Spreads” variem entre os zero vírgula cinco e os dois vírgula cinco por cento. -----

JORGE VEIGA DIAS (Grupo do PS) »» Quero dizer que votarei favoravelmente este ponto pelos seguintes motivos, este empréstimo que estamos a discutir, trata-se de um empréstimo que será o complemento de Fundos Comunitários. É uma forma do Executivo poder executar mais. Este empréstimo destina-se a uma obra específica, que é o Centro Escolar. Dez por cento do custo terá de ser suportado pelo Município, e, obviamente estas oportunidades e dada a capacidade de endividamento que felizmente é bastante neste Município, dado que é uma obra de interesse Municipal.

Com a contracção deste empréstimo, o Município consegue preencher trinta e um vírgula setenta e quatro por cento da sua capacidade de endividamento, o que



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

significa, que pena é que os quatrocentos mil euros não sejam quatro milhões de euros para outra obra se fazer. -----

JOSE ALFAIATE (Grupo da CDU) Tenho uma pergunta para fazer, e umas considerações: -----

Não entendo a urgência desta aprovação por minuta, porque o Centro Escolar está a concurso, no fim do concurso vai haver um mês, dois ou três, até que a obra comece. Presumo que este empréstimo não será necessário antes do primeiro auto, que será daqui a meia dúzia de meses. Independentemente deste pormenor há uma pergunta que gostaria de fazer. O actual Governo criou limitações à contracção de empréstimos pelos municípios e sempre vem o pedido de contracção de empréstimos, vem um ofício da entidade que tutela, dizendo que o Município pode contrair empréstimos até ao limite de “x”. Com esta documentação, não foi distribuído esse documento. O que pretendia saber, é se o documento existe na Mesa? Ou se o documento não existe?

PRESIDENTE DA CAMARA »» Quero dizer ao Dr. João Lopes que colocou a questão das dividas das instituições de que somos associados, quero dizer-lhe que essas empresas são obrigadas a comunicar aos serviços da Câmara se tiverem dividas, e em que proporcionalidade elas são da nossa responsabilidade. Os serviços da Câmara juntaram o cálculo da nossa capacidade de endividamento, logo, têm que estar aqui as dividas de que somos responsáveis. -----

Sobre a intervenção do Engenheiro Alfaiate, quero dizer que a urgência desta aprovação por minuta, é porque este empréstimo vai ter uma minuta fornecida pelo BANIF, com o clausulado do contrato, depois vai ao Executivo para aprovar, depois disso assinaremos o contrato com o BANIF. Depois de assinado vai para o Tribunal de Contas, que tem pelo menos trinta dias úteis para o despachar, se não vier pedir alguma informação. A urgência é para que estes trâmites se possam cumprir. Em relação aos documentos de tutela, não há nenhum documento para a concessão de empréstimos. Não há nenhum documento do Governo a dizer se podemos ou não contrair empréstimos. A responsabilidade é toda desta Assembleia, por isso este assunto estar aqui para ser discutido e votado. -----

JOSE ALFAIATE (Grupo da CDU) »» No decorrer deste mandato, nesta Assembleia Municipal, foi fornecido já um documento de uma entidade governamental, que tutela o cumprimento do orçamento e do endividamento, por isso numa próxima sessão irei mostrar que documento se trata. -----

PRESIDENTE DA CAMARA»» Se o Senhor Engenheiro está-se a referir a um ofício da DGAL em que concedeu ao Município de Almeirim e outros, um rateio, porque



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

havia disponibilidade para o fazer por alguns municípios, que tinham uma quota-parte, direito a isso, de uma verba que a DGAL tem de reservar para fazer rateio, não tem a ver com empréstimos. -----

* **Votação do requerimento para prolongamento da sessão por mais trinta minutos:**
DELIBERADO APROVAR POR UNANIMIDADE. -----

----- * **Votação** da contratação do empréstimo de quatrocentos e trinta e quatro mil setecentos e quarenta e cinco euros e cinquenta cêntimos ao BANIF. -----
DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA, a contratação do empréstimo de quatrocentos e trinta e quatro mil setecentos e quarenta e cinco euros e cinquenta cêntimos ao BANIF, com catorze votos a favor do grupo do PS, três votos a favor do Grupo do PPD/PSD, Um voto a favor do Grupo da CDU. Um voto contra do grupo do CDS-PP; Uma abstenção do grupo do PS e cinco abstenções do grupo da CDU. -----

-----DECLARAÇÃO DE VOTO-----

----- (Artigo trigésimo sétimo, do Regimento) -----

JOÃO LOPES (Grupo do PPD/PSD) »» A bancada do PSD votou favoravelmente este empréstimo, porque tem a ver com a realização do Centro Escolar, o qual nós considerámos ser da maior importância, e porque o Senhor Presidente garantiu nesta Sessão que a percentagem de endividamento da Câmara Municipal de Almeirim, corresponde às suas participações de Empresas Municipais, Intermunicipais, Associações nas quais participa, está incluída no cálculo e que os técnicos terão considerado esses mesmos valores, que como é óbvio não temos forma de os verificar. -----

PONTO QUATRO - APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO À ZIF-ZONA DE INTERVENÇÃO FLORESTAL DE ALMEIRIM E ALPIARÇA, DE ACORDO COM A ALÍNEA M) DO NÚMERO DOIS DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO – A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----

PRESIDENTE DA CÂMARA »» Não tenho muito para dizer sobre esta adesão. Trata-se de uma adesão à Zona de Intervenção Florestal, onde só pode haver vantagens para uma parcela de terrenos que nós estamos a indicar no documento. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

JOSE ALAFIATE (Grupo da CDU) »» O que temos no nosso poder é, “atendendo ao facto de se estar a construir um ZIF, nos Concelhos de Almeirim e Alpiarça, propunha a adesão à ZIF. -----

Depois, também o Senhor Presidente da Câmara, mandou a esta Assembleia, um documento onde solicita que a mesma seja aprovada, em anexo está um documento com algumas características da propriedade situada no Moinho de Cima. Não sei o que se passa com os outros elementos desta Assembleia, mas eu não me sinto minimamente documentado sobre o que é uma ZIF. Não sei quais são os objectivos desta entidade, não tenho opinião formada sobre o interesse ou não, desta ZIF. -----

O que eu gostaria de sugerir ao Senhor Presidente da Assembleia, caso este ponto não fosse um assunto muito urgente, fosse retirado da Ordem de Trabalhos, e que viesse a uma próxima Assembleia, com as vantagens e desvantagens da adesão da Câmara de Almeirim a esta Associação. -----

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» A constituição desta Associação está pendente da deliberação da Assembleia Municipal de Almeirim com a da Assembleia do Município de Alpiarça. Julgo que em Alpiarça, já terá sido votado este assunto. -----

Trata-se de uma Zona de Intervenção Florestal que tem a ver com uma propriedade da Câmara denominada “Moinho de Cima”, onde funciona o aterro sanitário e terrenos adjacentes. O mapa anexo diz onde é a localização, tem uma outra folha que refere o artigo. Pouco mais lhe posso dizer, porque também são os elementos que tenho. Sobre a urgência, como anteriormente lhe disse, a formação da ZIF, está pendente desta deliberação. -----

JOSE ALAFIATE (Grupo da CDU) »» Pelo menos com a sua intervenção, todos os que aqui estão, nesta Assembleia, ficam a saber mais uma coisa, é que este terreno, é na zona do aterro sanitário. Nem isso sabia. Esta proposta é tão pobre, que nem dá para ver que é no aterro sanitário. Quais são as vantagens da adesão a esta Associação? -----

Obviamente que eu não quero que o ponto deixe de ser aprovado, por nós não termos informação. Mas, infelizmente, caso este ponto não seja aprovado, a responsabilidade é de quem fez a proposta. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE FAZENDAS »» Posso informar que da reunião que tive com os engenheiros florestais e técnicos da ACHAR, que são os mentores deste processo, segundo eles, é preciso haver o mínimo de hectares para que a zona possa ser constituída. A nossa assembleia de freguesia aprovou por unanimidade a adesão à



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

ZIF. Até final de dois mil e nove, todas as propriedades que tenham mais de cem hectares, que não é o caso, tem que ter o plano de gestão florestal. Esse plano de gestão florestal encerra todas as espécies florestais existentes nessa herdade. -----

A ZIF, depois de estar constituída, vai fazer o Plano de Gestão Florestal de toda a zona, de forma gratuita. No caso em apreciação, a poupança é de umas largas dezenas de euros. -----

Havendo fundo comunitários, serão os que estão na ZIF que tem privilégios de serem os primeiros a concorrer a esses fundos. -----

MARIA BERNARDINA (Grupo do CDS-PP) »» O que tenho a dizer sobre este assunto, mais um assunto da maior importância para cumprir a Lei. Para mim este assunto e, uma vez que não envolve custos, nem devia vir a esta Assembleia. No entanto, o que é verdadeiramente importante, não vem, nomeadamente o estabelecimento prisional.

Na intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia, pode-se depreender que já há uma propriedade que está na ZIF. Como eu não posso dizer que respondo na próxima Assembleia, ou respondo quando tiver tempo, a única maneira que tenho de protestar é abster-me. -----

PRESIDENTE DA JUNTA DE BENFICA DO RIBATEJO »» As ZIF vão ser obrigatórias a nível Nacional. Quem não fizer parte desta associação, não pode recorrer a fundos comunitários. Quer isto dizer, se os terrenos não estiverem juntos num Plano Florestal, esses proprietários não tem dimensão, não se podem candidatar. Foi um assunto implementado pelo Governo. Bem ou mal temos que aceitar. -----

----- * **Votação da adesão à ZIF- Zona de Intervenção Florestal de Almeirim e Alpiarça.** -----

DELIBERADO APROVAR POR MAIORIA E MINUTA, a adesão à ZIF- **Zona de Intervenção Florestal de Almeirim e Alpiarça**, de acordo com a alínea m) do número dois do artigo cinquenta e três Lei cento e sessenta e nove barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei cinco – A barra dois mil e dois de onze de Janeiro. -----

PONTO CINCO – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE MUNICIPAL DE ACORDO COM AS COMPETÊNCIAS PREVISTAS NA ALÍNEA q) E r) DO NÚMERO UM DO ARTIGO CINQUENTA E TRÊS DA LEI CENTO E SESSENTA E NOVE BARRA NOVENTA E NOVE DE DEZOITO DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI CINCO TRAÇO A BARRA DOIS MIL E DOIS DE ONZE DE JANEIRO. -----



Assembleia Municipal do Concelho de Almeirim

CARLOS MOTA (PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)»» Informa esta Assembleia que não há inscrições para este ponto da ordem de trabalhos. -----

Encerrada a Ordem do Dia, deu-se inicio ao período destinado à intervenção do público. -----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

Como não houve inscrições, terminou a sessão ordinária da Assembleia Municipal de Dezembro de dois mil e oito. -----

Às zero horas e vinte e dois minutos do dia trinta e um de Dezembro deu-se por encerrada a Sessão lavrando-se para constar a presente acta, que, depois de distribuída, lida e aprovada pela assembleia vai ser assinada pelos membros da mesa.

O Presidente da Assembleia,

O Primeiro – Secretário,

O Segundo – Secretário,
